



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**



NIDDY WILTON FERREIRA SILVA

MOTIVAÇÕES POTENCIAIS EM CORPOS DE MENINOS:
uma análise sobre os estereótipos, a homossexualidade e o abuso sexual

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANA/MG

2024

NIDDY WILTON FERREIRA SILVA

MOTIVAÇÕES POTENCIAIS EM CORPOS DE MENINOS:
uma análise sobre os estereótipos, a homossexualidade e o abuso sexual

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profª Dra. Isis Silva Roza

MARIANA/MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586m Silva, Niddy Wilton Ferreira.

Motivações potenciais em corpos de meninos [manuscrito]: uma análise sobre os estereótipos, a homossexualidade e o abuso sexual. / Niddy Wilton Ferreira Silva. - 2024.

56 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ísis Silva Roza.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Homossexualidade. 2. Crianças e violência. 3. Crime sexual contra as crianças. 4. Meninos maltratados sexualmente. 5. Estereótipos (Psicologia social). I. Roza, Ísis Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 343.62-053.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Niddy Wilton Ferreira Silva

Motivações potenciais em corpos de meninos: uma análise sobre os estereótipos, a homossexualidade e o abuso sexual

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 09 de outubro de 2024

Membros da banca

Dra. Isis Silva Roza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Raquel Mota Mascarenhas - Universidade Federal de Ouro Preto
Esp. Ligian Christina Lacerda - CRA LGBT+

Isis Silva Roza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Isis Silva Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/10/2024, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0794294** e o código CRC **932D31E3**.

AGRADECIMENTOS

Desde que iniciamos essa jornada em 2020, tendo um corte abrupto devido a pandemia do Covid-19 e retomando com as aulas virtuais em 2021, tudo foi um grande desafio para mim. Sei que essa época foi difícil para todos, não há dúvidas. O que me pegou mais, foi a sensação de estar entrando na faculdade tardiamente, sentia que era velho demais no meio de tantos jovens, e eu tinha apenas 27 anos quando as aulas retomaram...inseguranças.

Com o decorrer do tempo fui me apegando a pessoas, Sabrina, Luísa, Jéssica e o Kaio, esses, se tornaram parte de mim, não sabia viver sem eles mais. Ainda que nossas tarefas fossem individuais, lá estavam eles comigo me ajudando a prosseguir. Crises de ansiedade, exaustão por trabalhar e estudar, e eles sempre ao meu lado. Com o retorno da aula presencial, fortalecemos ainda mais esse vínculo, eu e a Sabrina nos tornamos inseparáveis, na dor e na felicidade, no surto e no choro. Foi um prazer tê-la ao meu lado. - O fim foi se aproximando e então, me aproximei da Carine, Beatriz e Maria Gabriela, amo vocês.

O Serviço Social sempre foi minha primeira opção, eu tinha medo, achava que eu não iria conseguir chegar até aqui, mas sempre tive pessoas para me dar forças durante essa jornada, meus amigos do trabalho que sempre foram flexíveis comigo, entendendo minhas demandas acadêmicas, e meus amigos pessoais sempre, sempre, sempre me lembrando que eu era capaz, em especial, Leandro e Johnny, que estiveram mais a parte desse período da minha vida.

Foram 4 anos intensos, de muito aprendizado e que me fizeram entender que o Serviço Social é a graduação da minha vida... me encontrei.

Um agradecimento a todos meus professores, todos meus colegas de turma e a minha "*chosen family*". Para nós gays, a realidade de escolher a família é mais que nossa realidade, e sem meus AMIGOS, que são minha família, eu não seria ninguém.

É só o começo! E estou disposto a continuar esta caminhada.

RESUMO

O diálogo sobre a homossexualidade e todas as implicações sociais, torna-se necessário quando sabemos que a mesma tem diversas expressões e consequências em variadas sociabilidades e culturas. Violências físicas e psicológicas ainda são a realidade desses sujeitos em diversos lugares, e por muitas vezes justificadas mediante o comportamento dessas pessoas em sociedade; pela forma de amar, falar, andar, se vestir, dentre outros. O abuso sexual é uma das formas de violência - infelizmente - muito comum em nossa sociedade e que atinge diferentes grupos, meninas, meninos, mulheres, esposas, mães, namoradas, além de recortes como raça, etnia, pessoas com deficiência e sexualidade. O assunto a ser traçado nesta pesquisa está debruçado no abuso sexual contra pessoas do sexo masculino, especificamente em crianças. São poucos os trabalhos que abordam tal perspectiva, além das vertentes distintas ao abordar o tema. Vamos percorrer sobre os estereótipos comportamentais categorizados em nossa sociedade como regras sociais, e como foram enraizados com o decorrer de nossa socialização. Refletir sobre como os estereótipos sociais atribuídos a homossexuais refletem na vida de crianças, no âmbito escolar, familiar e principalmente imbricados à violência sexual. Importante destacar que essa pesquisa não pretende, de forma alguma, conduzir uma perspectiva de que, os trejeitos considerados afeminados em meninos justifiquem tais abusos, mas explicitar como esses estereótipos enraizados fazem com que criminosos se sintam confortáveis em detectar possíveis vítimas.

Palavras chave: homossexualidade; violências; abuso sexual; meninos; estereótipos.

ABSTRACT

Dialogue about homosexuality and all its social implications becomes necessary when we know that it has different expressions and consequences in different sociability and cultures. Physical and psychological violence is still the reality of these people in different places, and is often justified by their behavior in society; by the way they love, speak, walk, dress, among others. Sexual abuse is one of the forms of violence - unfortunately - very common in our society and affects different groups, girls, boys, women, wives, mothers, girlfriends, as well as groups such as race, ethnicity, people with disabilities and sexuality.. The subject of this thesis focuses on sexual abuse against males, specifically children. As it will be further explained, there a few approaches in this perspective, and many take different routes. We will look at the behavioural stereotypes that are categorized in our society as social rules, and how they have become ingrained over the course of our socialization. We will reflect on how social stereotypes categorizing homosexuals are reflected in the lives of children, in the school and family spheres, and especially in sexual violence. It is important to emphasize that this research does not intend to convey that boys' effeminate features justify such abuse, but rather to explain how these deep-rooted stereotypes make criminals feel comfortable in detecting possible victims.

Key words: homosexuality; violence; sexual abuse; boys; stereotypes.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Abuso sexual contra meninos.....	12
Quadro 2 - Homossexualidade e Bullying.....	12

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Centro de Referência e Acolhimento (CRA)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Grupo Gay da Bahia (GGB)

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais,
Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+)

Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Registro mensal de atendimentos (RMA)

Supremo Tribunal Federal (STF)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
	1.1 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.....	14
2	ESTEREÓTIPOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INFÂNCIA.....	17
	2.1 Estereótipos.....	17
	2.2 Orientação Sexual.....	21
	2.3 Infância e estereótipos categorizados a homossexuais.....	25
3	VIOLÊNCIAS, ESTEREOTIPAÇÕES E AS MOTIVAÇÕES RELACIONADAS AO ABUSO SEXUAL EM MENINOS.....	31
	3.1 Violências contra crianças presumidamente LGBTQIAPN+ pelos opressores.....	32
	3.2 Abuso sexual contra meninos	35
	3.3 Estereótipos e o abuso sexual contra meninos (presumidamente) homossexuais.....	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5	REFERÊNCIAS.....	50
6	ANEXOS.....	54

1 – INTRODUÇÃO

A sociedade passa por transformações diariamente, desde as primeiras relações sociais dos homens, advindas do trabalho primitivo e suas interligações com a natureza, o desenvolvimento de linguagens e as evoluções morfológicas do ser social para suprirem suas necessidades, reprodução e sobrevivência.

O relacionamento homoafetivo (entre pessoas do mesmo sexo) também atravessa diversos tipos de culturas, podendo ser considerado ritual de aprendizado, como na antiga Grécia. De acordo com Andrade (2017, p.59) “para a educação dos jovens atenienses, esperava-se que os adolescentes aceitassem a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, para absorver suas virtudes e seus conhecimentos de filosofia”. O que é visto como promiscuidade do ponto de vista religioso cristão/bíblico, mas apenas um *detalhe da carne* nos seguimentos interligados às almas sem gênero da doutrina Espírita Kardecista.

Historicamente, ataques verbais e físicos às pessoas homossexuais tinham influência do conservadorismo religioso da Igreja Católica, e posteriormente, as variações religiosas cristãs seguiram propagando discursos discriminatórios contra os mesmos. Percebe-se que as existências desses corpos são ceifadas diariamente baseadas em um livro cultuado como sagrado (Bíblia), no qual um ser superior, supostamente repugna comportamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo.

Torna-se necessário introduzir como a sociedade se alimentou do viés conservador regido pelo catolicismo, padronizando o que é correto ou pecador, definindo quem é, ou não, digno da salvação eterna de suas almas. Para além disso, destacamos que a homossexualidade se entrelaça também com questões como a raça, etnia, gênero, identidade de gênero, dentre outras.

O assunto a ser traçado aqui está na homossexualidade do sexo masculino, os inúmeros abusos sofridos por essa parcela da sociedade, especialmente na infância e adolescência. Observando como a sociedade, majoritariamente cristã e moralizadora lida, e não apenas, como a mesma reage quando a violação sexual acontece em corpos de crianças denominadas do sexo masculino, que nessa pesquisa vamos nomear por apenas meninos.

É importante que os profissionais do **Serviço Social**, enquanto classe trabalhadora e atuantes nas contradições entre capital e trabalho, tenham um arcabouço teórico arrojado, mas também sensibilidade para lidar com as diversas

expressões da questão social vivenciadas pelo público LGBTQIAPN+¹ de forma geral, com destaque, nesse momento, para meninos (presumidamente) homossexuais vítimas de abuso sexual, físico e psicológico. A dimensão investigativa da profissão será fundamental na compreensão do que está além do aparente, da imediatividade, em busca da essência dos fenômenos sociais.

A homossexualidade é tratada com *'repugnância'* em nossa sociabilidade e, quando associada a crianças, os ataques são ainda mais profundos, em defesa da pureza, da inocência e da família. Considerando que a categoria profissional não está apartada da sociedade, quando o/a profissional está atravessado por leituras conservadoras, o risco de não viabilização dos direitos pode ser a realidade para a população LGBTQIAPN+.

Despir-se do conservadorismo, de estereótipos que só contribuem para a marginalização desses sujeitos, é fundamental para uma mediação que ultrapasse a reprodução de violências já sofridas por esses grupos. Considera-se ainda, ao tratar com crianças, que essas, por muitas vezes, não entendem sua orientação sexual, o que traz mais desafios para o atendimento profissional.

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso busca contribuir com reflexões em torno do público LGBTQIAPN+, com destaque para crianças supostamente homossexuais. Os desafios são muitos, mas sinto-me pessoalmente provocado e estimulado a compreender a relação entre estereótipos considerados afeminados² presente em meninos e o abuso sexual. É fundamental não negligenciarmos um tema tão sensível, presente na vida de tantos meninos e que gera tanto sofrimento, mas que sofre um grande apagamento nos bancos acadêmicos. O silenciamento reflete-se na omissão violenta do Estado, da sociedade, da comunidade, e até mesmo da família.

Essa pesquisa não pretende, de forma alguma, conduzir uma perspectiva de que, os trejeitos considerados afeminados de meninos justifiquem tais abusos. Mas explicitar como esses estereótipos enraizados fazem com que criminosos se sintam confortáveis em detectar possíveis vítimas. Assim, chegamos na

¹ Sigla: Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexo, assexuais e mais.

² Afeminado é adjetivo dado a sujeitos que aparentam ou comportam-se de forma a transmitir "feminilidade" para além do que é convencionalmente concebido em um contexto cultural. (Ramos, 2019, p.15)

questão problema: os estereótipos que recaem sobre o comportamento de crianças (presumidamente) homossexuais do sexo masculino corroboram com possíveis abusos e violências?

O **objetivo geral** consiste em analisar as possíveis associações entre os estereótipos afeminados em torno de meninos e abusos sexuais. E como **objetivos específicos:** levantar e analisar produções acadêmicas que abordem a homossexualidade na infância; analisar os estereótipos comportamentais que recaem em meninos supostamente homossexuais; levantar pontos que reflitam em como o abuso sexual masculino é visto e tratado por familiares e pela sociedade.

Para que possamos contextualizar o assunto que será discorrido, é preciso salientar, que, pesquisas que envolvem crianças, geralmente, têm uma dificuldade particular devido ao intelecto cognitivo e até mesmo o desenvolvimento psicológico desse público, em suma maioria, pesquisas ligadas às crianças, principalmente no recorte de sexualidade, são feitas com pessoas já adultas revisitando seu passado. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), extremamente fundamental na defesa dos direitos desse público, versa que:

Art. 17. Lei nº 8.069: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

O maior desafio, e as **possíveis contribuições** deste trabalho, está em abordar um assunto historicamente negado e ocultado quando vinculado a crianças e até mesmo adolescentes homossexuais. O discurso político utilizado para a negação está, muitas vezes, na “preservação do bem, da família tradicional e da pureza”, reforçando um neoconservadorismo estrategicamente político. A sexualidade é um assunto com tabus redobrados quando relacionada a crianças e adolescentes.

Ainda que crianças possam não entender sobre sua orientação sexual, as concepções sociais externas sobre a vida dessas crianças tendem a compactuar com diversas violações, abusos e retaliações caso tenham trejeitos considerados ‘femininos’ e estereótipos que são lidos em um viés machista.

É notório como estudos científicos/acadêmicos sobre tal assunto são basicamente inexistentes, o que automaticamente faz com seja ainda mais desafiador, em sua intencionalidade, responder os objetivos que se propõe. Em busca de encontrar o máximo de estudos que agreguem, foi feita uma busca na **Biblioteca**

Digital de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (filtrando busca geral e do Serviço Social), e usando palavras chave como homossexual; LGBTQIAPN+; abuso sexual; violência sexual; não foi encontrado nada na perspectiva a qual essa pesquisa se encaminha.

Em busca no **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes** usando as mesmas palavras chave, a violência e o abuso sexual foram amplamente encontrados, em sua maioria atrelado a mulheres, mulheres pretas, em algumas regiões específicas, e inúmeras teses e dissertações voltadas para o abuso sexual infantil em âmbitos específicos, como: abuso de meninas, abuso familiar, regional, dentre outros.

Com o filtro “abuso sexual; crianças; meninos” juntos, de milhares de pesquisas anexadas, apareceram somente 33 resultados, sendo desses, apenas 3 (três) abordaram o abuso sexual contra meninos, segue tabela:

Quadro 1 - Abuso sexual contra meninos

Textos	Autores
Abuso sexual de meninos : estudo das conseqüências psicosssexuais na adolescência.	Mery Pureza Candido de Oliveira
Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal	Amanda Pinheiro Said
Homem não chora: o abuso sexual contra meninos	Fabiana Aparecida de Carvalho

E sobre o *bullying*³ acerca de tratamentos homofóbicos, foram encontrados mais 2 (dois) nesse tema:

Quadro 2 - Homossexualidade e Bullying

Textos	Autores
Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossocialização na infância (2012)	Daniela Finco

³ Essa violência pode ser orientada pelo preconceito racial, religioso, regional ou ainda oriundo da diversidade sexual. (Souza *et al*, 2015, p. 290)

Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas	Jackeline Maria de Souza Joilson Pereira da Silva Universidade André Faro
---	---

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata-se de uma pesquisa qualitativa - “aquela que não se pretende mensurar apenas com números e dados obtidos (...). É uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista” (Mathias, 2022, s/p). A linha investigativa tende a levar a importância de conhecimentos e discussões sobre a existência e particularidades do indivíduo LGBTQIAPN+ em sociedade, bem como, explicitar como a formação estrutural e cultural de nossa sociedade pode causar danos irreversíveis a esse público que ainda está em estágio de desenvolvimento cognitivo infantil, criando ali suas relações sociais, ideais e pensamentos a partir do seu crescimento.

Para que seja possível traçar linhas coerentes sobre a homossexualidade na infância, os abusos sexuais, físicos e psicológicos cometidos contra meninos, relatos já registrados em outras pesquisas, matérias, teses, dissertações e entrevistas se tornaram a melhor forma de investigar os possíveis impactos na vida dessas crianças.

A pesquisa será realizada através de dados gerais coletados de forma exploratória, com revisões bibliográficas e análises documentais, envolvendo artigos, matérias publicadas, dados, monografias, dissertações e teses, visando aproximações aos objetivos propostos.

O pesquisador que aqui se apresenta como sujeito e o objeto da pesquisa, tem uma história a contar que agregará às outras pesquisas utilizadas em sua fundamentação, a dele própria; e sua infância como uma criança homossexual de nove anos abusada sexualmente pelo vizinho, este, que deduziu a sexualidade desse garoto através da sua forma de comportar, antes mesmo do próprio se entender socialmente. Tal relato será feito em primeira pessoa com linguagem informal.

1. 1 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes

Elas são coadjuvantes
 Não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz
 Sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobrevivência
 Me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem
 É o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir
 (Vassão, 2019)

Sempre fui uma criança “diferente”, ainda mais se comparado aos meninos da minha idade e do meu convívio. Tinha trejeitos, gostava de coisas consideradas de menina, voz mais fina, enfim, andava e me comportava diferente dos outros garotos. Esses comportamentos estereotipados me perseguiram antes mesmo de eu entender o que e quem eu era, as pessoas ao redor falavam sobre isso, direta ou indiretamente, e eu só sentia uma coisa: era algo ruim.

O vencedor do Oscar de Melhor Filme em 2017, *Moonlight: Sob a Luz do Luar*, tem como seu protagonista o Chiron; um homem norte americano preto, que cresce num bairro de tráfico latente e durante a jornada, o filme perpassa por três fases (1º ato - infância, 2º ato - adolescência e 3º ato - vida adulta), trazendo a descoberta de sua sexualidade, a pobreza, a fome e em geral, as imbricações familiares e sociais do meio à qual ele vive.

A parte importante a se destacar aqui, é a primeira fase, em que Chiron com menos de 10 anos, inocentemente indaga um amigo já adulto, com a seguinte frase: “*What’s a faggot?*” (O que é viadinho/bixinha?). E seu amigo, Juan, rapidamente responde que é uma maneira pejorativa de ofender algumas pessoas. Chiron então rebate: “*Am I faggot?*” (Eu sou viadinho/bixinha?), exatamente porque era assim que ele era tratado e violentado verbalmente na sociabilidade a qual ele se encontrava.

“Mulherzinha”, “florzinha”, “viadinho” dentre outros termos considerados pejorativos, assim que sempre fui tratado, e da mesma forma de Chiron, eram palavras que inicialmente eu nem entendia, mas, ali no início dos anos 2000, eu entendia uma coisa: me compararem com mulher, ou me ofenderem com meus trejeitos considerados femininos, era claramente uma forma de me diminuir como pessoa.

Meus trejeitos chegaram na sociedade antes de mim, era a minha essência, mas eu não sabia o que fazer com ela, só conseguia ter medo e me perguntar quando tudo isso teria um fim. Por muitas vezes eu tentei reprimir, tentei agir de uma forma mais “masculina”, eu queria muito que essas violências acabassem. Infelizmente, eu não sabia o que fazer com minha essência, mas uma pessoa, apenas por me observar, sabia, e se sentiu no direito de invadi-la.

Eu tinha 9 para 10 anos e estava brincando na rua, como várias crianças nos anos 2000 faziam, eu e mais dois primos mais novos que eu. Eles jogavam bola, cuspiam no chão, “coçavam saco”, eram valentões, diferente de mim, e então, meu vizinho, um homem de 31 anos (na época), nos abordou na porta de sua casa, e olhando PARA MIM, se ofereceu para me mostrar uma coisa do lado de dentro, eu me neguei e me afastei, e no momento que meus primos se viraram, ele me puxou e disse: “ele já volta”. Eu fui, mas nunca voltei daquele lugar a mesma pessoa.

Ele me despiu, pediu que eu o tocasse em suas partes íntimas, e eu perdi a noção de quantas vezes ele repetiu – “Não chora, porque eu sei que você gosta, eu sei que você quer.” – Não foi uma nem duas, mas várias. Ele me estuprou, me liberou depois de me ameaçar com uma faca dizendo que me mataria caso eu contasse para alguém, e então eu saí. O meu pesadelo estava apenas começando, eu precisava enfrentar o mundo lá fora. Saí chorando, fui para o hospital e depois direto para um camburão de polícia em busca do abusador. Sim, fui atrás dele junto dos policiais.

Até então, na minha perspectiva imatura e inocente, estava tudo resguardado entre a minha família e os policiais, até ter meu nome, bairro e idade sendo expostos nas rádios e TV locais, na tarde seguinte, no MG TV. Pronto! Todos sabiam, todos sabiam versões diferentes do acontecido, todos queriam opinar, como se tudo acontecido já não fosse o bastante.

Eu perdi minha paz. Na escola não havia empatia, eu era um menino afeminado já passível de piadas, e o acontecido só piorou tudo, eu não perdi somente minha paz, eu perdi minha infância. E não, minha família não me apoiou como deveria, o exame

de delito que fiz no dia do ato desapareceu, saí com os policiais para procurá-lo e quando voltaram para procurar, não tinha laudo registrado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA); o próximo exame de corpo delito foi marcado para um mês depois, meu corpo já tinha se recuperado, e sim... ele foi inocentado de todas as acusações alguns meses depois, o que levantou dúvidas sobre o ocorrido no meu âmbito familiar, infelizmente.

Algo que me marcou muito no dia da audiência, foi o momento em que eu e ele ficamos frente a frente, comecei a chorar intensamente, estava ali há umas 7 horas sendo interrogado, a presença dele me fazia mal, eu não conseguia falar! A juíza com a maior calma do mundo, mandou virar a minha cadeira de costas pra ele e disse: “Alguém pegue um copo de água com açúcar pra ele parar de chilique.”

Não tive suporte psicológico, pois me tiraram das sessões após ele ser inocentado, não tive suporte de assistentes sociais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), porque eu era um menino pervertido e mentiroso. Sim, ouvi isso nos corredores.

Meus trejeitos e estereótipos pejorativos de “viadinho” foram o suficiente para eu ser abusado sexualmente, sido exposto em rede nacional, sofrido em toda minha vida de ensino público, ser julgado por profissionais qualificados. E com o passar dos anos, ouvi em algumas igrejas que frequentei coisas como: *“é por isso que você virou gay”*, mas, hoje com minha maturidade, eu teria rebatido: *“não me tornei diferente por ter sido violentado, fui por já ser diferente. Não me tornei gay depois daquele dia, aquele dia só aconteceu porque eu já era gay, só não sabia.”*

2 - ESTEREÓTIPOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INFÂNCIA

Os estereótipos comportamentais, a sexualidade e a infância são pontos chave desta pesquisa. A partir das reflexões em torno de cada uma dessas categorias, avançaremos para compreensão do fenômeno (ao qual a pesquisa se propõe) em sua totalidade, tendo como referência o objetivo de analisar as possíveis associações entre os estereótipos afeminados em torno de meninos e abusos sexuais.

A sexualidade tem sido utilizada como pauta para defesa de ideologias em diferentes âmbitos, seja religioso, político, cultural, regional, por idade, por sexo, por gênero, dentre outros. Isso acontece porque ignorantemente e socialmente, ainda não sabemos separar a sexualidade do ato sexual em si, e através de nossos próprios princípios, por muitas vezes conservadores⁴, atrelamos um ao outro com embasamentos parecidos, como se sexualidade e ato sexual fossem sinônimos, o que não é verdade, mas isso será discutido posteriormente.

Tendo isto, torna-se necessário tratar sobre as temáticas em torno de estereótipos, orientação sexual e infância, mas sempre atravessando uma linha tênue dentro do âmbito ao qual a pesquisa se encaminhará, assim, o recorte das **consequências sociais** fica restrito ao seguinte raciocínio: o quão perigoso é usar as categorizações do SER e EXISTIR estabelecidas em nossa sociedade, e como elas podem ser cruéis com aqueles que rompem com esses padrões.

2.1 Estereótipos

As relações sociais vão ganhando formas e regras durante as transformações do meio onde vive. A padronização de comportamentos ocorre pela cultura de um determinado povo, baseada em concepções de certo ou errado, justo ou injusto, necessário ou irrelevante, dentre outros.

É preciso entender que qualquer sociabilidade se formou dentro de comportamentos coletivos voltados para a manutenção e resistência desses povos. O tempo apenas modifica a estrutura desses comportamentos, mas, desde os primórdios da sociedade, esses recortes comportamentais, principalmente entre gêneros, já aconteciam para estruturar os deveres e o local social de cada indivíduo.

⁴O conservadorismo é um pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais – como a família, a comunidade local e a religião -, além dos usos, costumes, tradições e convenções. O conservadorismo enfatiza a continuidade e a estabilidade das instituições, opondo-se a qualquer tipo de movimentos revolucionários e de políticas progressistas. (Matos, 2017 p.1)

Existem diversas estruturas culturais e sociais que podem ser modificadas com o tempo ou permanecerem mais próximas de suas ideias originárias, mas é comum que elas sigam uma linha tênue, difícil de ser quebrada, em que devaneios comportamentais de indivíduos isolados, podem estremecer uma base consolidada naquele meio social a qual estão inseridos e longamente adaptados. No que tange essa problemática, é necessário que seja elucidado o conceito de estereótipo, ou melhor, estereotipo social, definido com Campos *et al* (2021) como:

A interpretação do comportamento de um membro de um outro grupo, uma atribuição causal para o comportamento da pessoa, retenção de informação sobre membros de um grupo, as inferências sociais da pessoa e a própria interação comportamental da pessoa com um membro de outro grupo. (...) o mais frequente é o de gênero, no entanto, existem estereótipos em todos os domínios da vida social: relativos às ocupações, ao ciclo vital, à família, à classe social, ao estado civil, aos desvios sociais e a qualquer campo da vida que desejamos diferenciar (Campos *et al*, 2021, p.3).

Estereotipar alguém por sua cultura, nacionalidade e maneira de se comportar, ultrapassa a barreira da opinião individual, quando uma construção social molda os locais de existência de cada um. Um exemplo disso, ocorre no desenvolvimento histórico do Brasil, em que a colonização europeia se dá sobre a escravização e catequização dos povos originários e africanos, base em que se estruturam os “locais de existência” e “valores” desses corpos.

Com isso, as diversas camadas de ‘*estereotipação*’ social se estabelecem, com bases em valores e moral; as posições de pessoas brancas e não brancas, a marginalização racial herdada pelo período escravocrata, as imbricações sobre a existência de pessoas LGBTQIAPN+ fundamentadas sobre o cristianismo, dentre diversas questões.

Em 2004, Marcus Eugênio Oliveira Lima se juntou com diversos profissionais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a construção do livro “Estereótipos, preconceitos e discriminação”, onde debruçam sobre as camadas, momentos e definições sobre todas essas questões, e em um momento falam sobre características facilmente discerníveis:

O sistema perceptivo humano estaria adaptado a selecionar do ambiente apenas os estímulos que considerasse relevantes, e por economia e mesmo avareza mental formaria perceptos o mais simplificados e com o mínimo dispêndio de esforço e atenção possível. Assim, por questões de economia psíquica, a mera presença de uma característica facilmente discernível (cor da pele, traços de gênero, idade, etc.) seria suficiente para desencadear um processo automático de estereotipia. Nesta perspectiva os estereótipos são resultado de um processo sobre o qual os indivíduos não possuem

consciência e controle (Lima *et al*, 2004, p.43).

Cada grupo social seja minoritário ou majoritário, pré-estabeleceram concepções uns sobre os outros, e nesse livro os autores chamam de 'automaticidade dos estereótipos', vinculada diretamente no pensamento popular sobre um grupo de pessoas, por exemplo: ativações automáticas de estereótipos em travestis como prostitutas, muçulmanos como terroristas⁵, a marginalização de pessoas pretas⁶, LGBTQIAPN+ como pecadores e promíscuos⁷.

“No seu conjunto, os estudos referidos permitem concluir que o preconceito, embora possa ter uma ativação automática, como um "mau hábito", pode ser evitado” (Lima *et al*, 2004). Embora seja uma boa reflexão, seria possível (re)estruturar o pensamento de toda uma sociedade em seus ideais individuais e coletivos sobre o local existencial do próximo?

Essa automaticidade sobre a “forma correta” de se comportar em sociedade se esbarra na virilidade masculina, corpos femininos, marginalização de pessoas pretas e até mesmo em assuntos mais complexos como acessibilidade de pessoas com deficiência. O ponto aqui é: estamos condicionados a viver de forma roteirizada, caminhos e segmentos já estabelecidos que condicionam todos que ‘saem fora da curva’ e rompem com as regras sociais? A estereotipação se torna hábito, incisiva e consequentemente punitiva.

Nesta problemática sobre estereótipos e automatismos, em sua dissertação, Paiva (2010, p.12) diz que os estereótipos “são alvo de grande interesse dos estudiosos em Psicologia Social, que buscam compreender seus mecanismos de formação, ativação, manutenção e seus efeitos”, e frisa:

Os estereótipos são, portanto, parte deste conjunto de crenças e atitudes que são ativados automaticamente e que geram expectativas a respeito de um determinado grupo ou pessoa que pertença a este grupo. Estas expectativas criadas pelos estereótipos enviam constantemente as relações e julgamentos sociais (Paiva, 2010, p.13).

Seguindo sua pesquisa, ele aborda pontos muito interessantes sobre as formas que os estereótipos podem ser conceitualizados e aponta duas perspectivas: uma adentro dos processos cognitivos que ocorrem na mente de um indivíduo, ou seja, no

⁵ Estereótipo fortalecido pelo muçulmano terrorista Osama Bin Laden, e o ataque as Torres Gêmeas nos Estados Unidos.

⁶ Herança histórica de uma sociedade construída sobre a escravidão dos povos africanos nas Américas. E também a sociabilidade marginalizada nas favelas brasileiras.

⁷ Embasamentos cristãos e conservadores sobre essa comunidade.

aspecto individual, na capacidade de ver, guardar e ativar estereótipos, e outra no aspecto social/cultural, que, numa perspectiva mais ampla, considera “os estereótipos como informações culturais e públicas acerca de grupos sociais, que são compartilhados socialmente pelos indivíduos de uma mesma cultura” (Paiva, 2010, p.16).

Quando se trata de sociedade, “ao invés de considerarmos os indivíduos em termos de sua constelação única de atributos, nós os agrupamos em termos das categorias sociais a que pertencem” (Paiva, 2010, p.16). Isto é, armazenamos informações sobre determinados grupos, definindo que “aquilo é aquilo” por influência sociocultural.

Ao formar uma categoria como “idoso”, uma série de atributos que detalham o que esperar e o que não esperar dessa categoria são armazenados na memória de longo prazo, e ativados cada vez que algum indivíduo que se encontre nesta categoria se apresente. E estes atributos nem sempre se baseiam em experiência prévia, mas também em aspectos socioculturais, que muitas vezes não correspondem à realidade. É este conjunto de informações e atributos, altamente influenciados pelo meio social e cultural, que é geralmente chamado de estereótipo (Paiva, 2010, p.17).

Todo esse processo de categorização perpassa por todos os ramos e grupos sociais, o enquadramento ideal de existência se consolida no imaginário popular e deslança num bem comum entre os indivíduos, isso é um “idoso”, aquilo é um “médico”, isso é um “gay”, aquilo é uma “criança”. E assim, socialmente o processo de rotulação já se estabelece determinando uma espécie de veracidade cultural.

Para lidar com o mundo, o cérebro humano utiliza o processo de categorização. Porém, como aponta Moskowitz (2005), colocar um indivíduo em uma categoria só tem sentido porque são ativadas as crenças associadas e afetos ligados à categoria. Quando esse conhecimento inclui um conjunto organizado de crenças e comportamento esperado que a cultura nos ensinou, então o processo de categorização leva à ativação do estereótipo social (Paiva, 2010, p.18).

Todavia, a ativação do estereótipo social carrega com si não apenas uma ideia inofensiva, mas também a negação do ser que vai contra o imaginário sociocultural, aí entramos na estereotipação preconceituosa; a marginalização e apagamentos sociais de grupos minoritários que “supostamente” rompem com essas categorias consolidadas, conseqüentemente acarretando em violações e repressões. Toda essa estrutura afeta diretamente a individualidade quando suas particularidades são compartilhadas com o coletivo, a sociedade. Seguimos com reflexões em torno da orientação sexual.

2.2 Orientação Sexual

Para entrarmos no conceito de orientação sexual, precisamos passar brevemente sobre a concepção sociocultural do que é *SER* mulher e *SER* homem em nossa sociedade. Isso acontece porque existem diversas imbricações sociais sobre a forma de se comportar, repressão e disparidade estereotipadas entre os gêneros.

A cultura machista-patriarcal⁸ está enraizada em nossa sociedade corroborando diretamente na atitude do indivíduo masculino (recorte de gênero) como ser dominante de sua espécie. A ideia de virilidade e masculinidade reflete numa sociabilidade onde mulheres são inferiorizadas, acarretando na cultura da violência contra a mulher, e em seu extremo, o feminicídio.

Na segunda edição da Revista on-line Ouro-pretana 'Libertas', Renata Gomes (2016) escreve em seu artigo sobre a emancipação da mulher. Ainda que o objetivo de seu artigo seja aprofundar sobre a realidade das mulheres brasileiras, ela explicita como essa cultura de dominação masculina, está presente em muitos povos, ainda que com suas particularidades.

O problema não reside apenas na imposição desses valores e comportamentos, mas em como esses valores e comportamentos são aprendidos pelo próprio gênero feminino. A cultura e a construção histórica desenvolvem papel fundamental na disseminação e enraizamento desses valores que passam de geração a geração, sendo fortalecidos pela mídia, família, Estado e igreja (Gomes, 2016, p.16).

O machismo já estabelecido socialmente tende a refletir em tudo e todos que se aproximam do feminino, ou melhor, tudo que se afasta da virilidade masculina. Mas, essa pesquisa apontará como o machismo afeta diretamente homossexuais do sexo masculino, e como essa ideia de dominação/violência sobre os corpos, reverberam na vida dessas pessoas, visto que, a feminilidade do homem gay é pejorativamente o centro da atenção para ações violentas aos mesmos, como *bullying*, abuso psicológico e sexual, dentre outras.

Para entendermos como ocorre essa separação social, precisamos adentrar

⁸ “O Patriarcalismo é caracterizado pela dominação dos homens em relação às mulheres, configurando um sistema social, que atribui aos homens um sistema central de poder. Esse sistema é baseado em relações políticas e econômicas.” Mércia, Hionara. Patriarcalismo legal e cultura machista. Jusbrasil. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/patriarcalismo-legal-e-cultura-machista/1330018874#:~:text=O%20Patriarcalismo%20%C3%A9%20caracterizado%20pela,em%20rela%C3%A7%C3%B5es%20pol%C3%ADticas%20e%20econ%C3%B4micas>. Acesso em: 12 jul 2024.

sobre o conceito de **orientação sexual**, e principalmente, dissociar o mesmo do **ato sexual** como expressão do prazer e da reprodução.

Tendo isto, dentro das dimensões socioculturais, psíquicas e biológicas, as interações interpessoais e a forma como os seres se entrosam são mutáveis de acordo com o espaço ao qual ele está inserido. O desejo sexual está atribuído a vontade de executar o ato sexual com o outro, indiferente do sexo, já a excitação física é auto explicativa, fisiológica, ou seja, resposta do corpo ao desejo idealizado.

O desejo sexual é visto como determinado por aspectos intrapsíquicos, intrapessoais e sociais, assumindo a presença de um funcionamento físico típico e avaliável pelos tipos de parceiros sexuais, de práticas sexuais, etc. Já a excitação física, em contraste, é caracterizada por respostas físicas, como a intumescência do pênis para os homens e a lubrificação da vagina para as mulheres. Nessa perspectiva, o desejo sexual difere da excitação sexual, embora sejam interagentes, pois o primeiro é um estado subjetivo e a segunda é uma resposta fisiológica (Cardoso, 2008, p.73).

Importante destacar que socialmente, as discussões pertinentes sobre termo “orientação sexual” são levantadas quando debruçadas sobre o público LGBTQIAPN+, como algo pejorativo em sua maioria, mas, é algo que atravessa as condições e particularidades de todos os seres sociais.

A orientação sexual tem parâmetros culturais para além das características funcionais do corpo (genitais). Em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou um artigo sobre:

Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (Carvalho *et al*, 1998, p.80).

Seguindo a percepção do indivíduo sobre seus impulsos sexuais, Cardoso (2008, p.73) diz que “algumas pessoas que se autodenominam homossexuais alegam que, quando tiveram práticas heterossexuais, fantasiaram que o parceiro sexual era do mesmo sexo”, isso expõe a segurança intelectual do ser sobre seu posicionamento, mas ao relatar sobre pessoas heterossexuais que, instintivamente, tiveram relações homossexuais, o caráter do ato se configura como “oportunistas em decorrência de uma excitação física advinda de uma massagem ou de um toque prazeroso (Cardoso, 2008, p.73).

Contudo, esse posicionamento heteronormativo⁹ de impulso, instinto ou escolhas, nos leva para termos, que, culturalmente, pautados também na falta de estudos teóricos e desinformação social, a ideia de que escolhas são feitas na atração sexual do próximo, sendo assim, a **opção sexual** do indivíduo, não a orientação. Resumindo, o termo é fortemente utilizado para retalhar o desejo sexual/afetivo de pessoas do mesmo sexo (homossexuais, bissexuais e lésbicas, por exemplo).

A substituição do termo “opção” para o termo “orientação” ainda que não esteja completamente inserida na sociedade, ocorre nesse âmbito conservador de escolha *versus* condição. Isso fomenta a ideia de que apenas pessoas LGBTQIAPN+ sejam passíveis de rotulações, enquanto a heteronormatividade carrega o conceito de seguimento natural do sujeito. É incorreto, mas utilizado, seja por falta de conhecimento, ou para discursos de ódio conscientes de pessoas com ideais conservadores:

O termo opção sexual é incorreto, já que não se escolhe, de maneira consciente, pela orientação sexual. Assim como pessoas heterossexuais não optaram por quem sentir desejo, os homossexuais também não escolhem, porque ela é algo nato, é uma inclinação involuntária. Cada indivíduo tem sua sexualidade desenvolvida sem que haja qualquer poder de decisão sobre ela, é natural (Soares, 2021, p.1).

A orientação sexual de crianças é um assunto basicamente invisível em nossa sociedade, principalmente quando retratada de forma educativa. Essas mesmas crianças, na maior parte das vezes, não entendem sobre a sua própria sexualidade. O que não exime as crianças supostamente homossexuais, desde sua integração no meio social e escolar, de sofrerem ataques verbais perante ao seu comportamento considerado feminino, que os distancia de suas “masculinidades obrigatórias” como expressado por Renato Quinalha (2022) em uma nota para a Revista Cult:

A inferiorização das mulheres e a estigmatização de tudo o que encarna esses traços tidos como típicos do gênero feminino têm impactos profundos na vida dos homossexuais. Isso porque a sexualidade é profundamente generificada nesse mundo patriarcal. Os primeiros “xingamentos” e “injúrias” que um garoto homossexual consistem em associá-los ao feminino, tal como “mulherzinha”. (Quinalha, 2022, p.1).

Essa estrutura conservadora que luta para sua autopreservação está para além

⁹O conceito de heteronormatividade, segundo Judith Butler, se refere a uma matriz de inteligibilidade de gênero que atua como um poder regulador, hierárquico e excludente por meio do qual se produzem e se naturalizam as noções de feminino e masculino e de sexualidade considerada “normal” (Freitas, 2022, p.257)

da atitude do indivíduo como pessoa física, está impregnada num sistema político, no sistema de produção capitalista, na mídia, nas escolas, pautadas em vieses religiosos. E ainda que críticas sociais sejam feitas em diversas obras de audiovisuais, independentemente do público-alvo, existe uma estratégia social para manter um formato que hoje, podemos considerar ultrapassado e opressor, como apontado pelo colunista Matheus Magenta da BBC News Brasil:

Pesquisadores identificam alguns pontos em comum nas mais diversas manifestações conservadoras ao longo dos séculos. Entre eles, o pragmatismo (que facilita incorporar e abandonar bandeiras), o temor a mudanças bruscas, a preservação das tradições e das hierarquias, o nacionalismo, a proteção da família, as bases religiosas e a defesa das instituições (Magenta, 2022, p.1).

Isso fica explícito quando políticos fundamentalistas, por muitas vezes religiosos, usam da pauta da homossexualidade como afronta à inocência infantil pautados em notícias irreais. Em 2014, em um culto cristão, a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e atual Senadora Damares Alves, acusa, de forma mentirosa, dois parlamentares de esquerda de autores “de um projeto de lei que permitiria que crianças pudessem mudar de sexo sem autorização dos pais” (Segalla, 2019, s/p), o que reforçaria uma suposta “ideologia de gênero”. E ela reforça: “O Movimento Gay não é gay. É ideológico e partidário (...) financiado por determinados partidos políticos para promover a ideologia de gênero”. Essa invalidação de existência de pessoas LGBTQIAPN+ na política é permeada por vieses religiosos, como parte de uma construção que visa induzir que quaisquer pessoas não heteronormativas sejam um possível risco para a construção social da família tradicional.

Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união homoafetiva como núcleo familiar, mas, em 2023 o Projeto de Lei 5167/09¹⁰ de autoria do ex-deputado Capitão Assunção entra em análise na Câmara dos Deputados para que pessoas do mesmo sexo não tenham suas relações conjugais homoafetivas equiparada ao casamento ou entidade familiar formada por homens e mulheres.

Perante a constituição e as leis, a orientação sexual e a identidade de gênero

¹⁰ Autor: Capitão Assunção - PSB/ES e outros - Apresentação: 05/05/2009 - Ementa - Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. -Dados Complementares: Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.

do indivíduo não o priva de suas obrigações e deveres como cidadão, pois todos os brasileiros pagam seus impostos e têm seus direitos reservados pelo Estado. O fundamentalismo religioso, que ultrapassa a laicidade do Estado como entidade política, é uma grave peça do conservadorismo disfarçado de cuidado. Nada tem ligação à manutenção da sociedade e seu bem estar, mas sim, discursos enraizados de ódio e de invalidação.

Essas articulações políticas de transformar tudo relacionado à população LGBTQIAPN+ em uma ideologia forçada, são estratégias que reforçam a ideia de que “querem destruir nossas famílias e exemplos ideais da mesma”.

Não é uma pauta política do grupo LGBTQIAPN+ implantar uma ideia sobre a sociedade; a “*Ideologia de gênero*” levantada por Damares é infundada, e só acontece e é alimentada pelo conservadorismo religioso e político, porque se torna moral a invalidação da identidade de pessoas transsexuais.

Assim, percebemos como os estereótipos comportamentais dos seres reverberam com o preconceito ditando regras sobre seus corpos. Por mais que o ponto possa ser destrinchado em diversos âmbitos e expressões sociais, neste trabalho, vamos discutir sobre os impactos que todo esse movimento pode trazer para a vida de homossexuais do sexo masculino, destacando a infância.

2.3 Infância e estereótipos categorizados a homossexuais

A infância é o período de desenvolvimento cognitivo do ser; é quando as percepções da vida e das coisas começam a se categorizar no cérebro, e isso também se deve ao meio social ao qual a criança está inserida. Como já descrito no tópico sobre estereótipos: estão passíveis de opressões sociais, aqueles que fogem dessa categorização social, e *SER* criança em si, é uma dessas categorias já estruturadas.

No decorrer da nossa história, a noção de criança e infância nem sempre foi pensada como um ser ainda em construção, pelo contrário, as definições mais diretas sobre as diferenças entre crianças e adultos, surgiu com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (Souza; Sobrinho; Herran, 2017). Nessa perspectiva, sabemos que estatisticamente, em cada período histórico, a definição de infância se desenvolve de formas diferentes.

Kramer (2006) afirma que as crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. Essa inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de

organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (Souza; Sobrinho; Herran, 2017, p.117).

Ainda que, em outro período histórico crianças eram relativamente equiparadas a adultos, no âmbito do trabalho por exemplo, no decorrer de nossa sociabilidade, entendeu-se que crianças são seres sociais com particularidades, intelecto, e contribuem socialmente dentro de sua própria categoria social. Por essa razão, “os estudos contemporâneos, realizados em sua maioria pela Sociologia da Infância, partem do princípio de que as crianças participam coletivamente na sociedade” (Souza; Sobrinho; Herran, 2017, p.117). Culminando em especialidades criadas para atender esse público em diversos âmbitos, como por exemplo, a Pediatria¹¹.

A forma a qual tratamos a infância/crianças na sociedade é perpassada pelo adultocentrismo, tudo isso porque o significado à criança é dado pela representação que o adulto dá a ela em suas relações. (Souza; Sobrinho; Herran, 2017). Mesmo com essas diversas representações históricas do que é criança e do que é infância, os autores ressaltam que:

(...)tanto a concepção de criança quanto a de infância, são elaboradas a partir da visão de mundo de uma sociedade, sendo assim um produto histórico e cultural. Logo, não é possível formular um único conceito, fechado e restrito, sobre o que seja infância e criança (Souza; Sobrinho; Herran, 2017, p.120).

Ainda assim, como explicitado acima, SER criança é uma outra categoria dessa estrutura social, onde, o comportamento, deveres e pertencimento social já estão estabelecidos. Quando lemos a palavra CRIANÇA, já temos consolidada uma espécie de enquadramento em nosso imaginário do que ela significa e do que ela efetivamente é.

As particularidades do indivíduo como um ser isolado permeia também nas crianças e adolescentes, na forma de andar, de falar, que seja. Mas, obviamente há também reflexo do espaço sociocultural a qual os mesmos estão inseridos, tendo isto, é sempre bom lembrar: na sociedade em que vivemos existem regras comportamentais e as crianças também “precisam” segui-las. E mais, esses deveres

¹¹ O médico pediatra atende crianças desde o seu nascimento até a fase da adolescência. Ele é capacitado para avaliar o desenvolvimento físico desse público, diagnosticar e tratar doenças, além de também orientar os pais e responsáveis por esses pacientes em diversos assuntos, como por exemplo alimentação, saúde emocional e comportamento. Por Daniele Marques em 06/07/2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/o-que-faz-um-pediatra>

quando impostos a crianças, vêm junto de observadores, instituições, núcleo familiar. Tudo isso constrói gradativamente um ser humano para viver em sociedade como “deve ser”. Como ser menino, como ser menina. Como se comportar na escola, como se comportar na Igreja. O que definitivamente não inibe esse público de também apresentar comportamentos divergentes dessas categorizações.

Apesar de aprendermos desde criança, seja nos espaços públicos ou privados, como devemos nos desenvolver, nosso individualismo vai florescer em algum momento e desenhar nossa personalidade. Os traços considerados femininos e masculinos transitam pela infância também, e retaliações ocorrem quando essas inversões ocorrem entre sexos. Meninas “masculinas” e meninos “femininos”, aqui, entramos na estereotipação preconceituosa já abordada nesta pesquisa. Lembrando que aqui estamos nos referindo a um pensamento coletivo, voltado para uma ideia binarista, que exclui a identidade de gênero e a diversidade da orientação sexual.

Essa centralização de poder em homens é reflexo direto da cultura patriarcal a qual a masculinidade do homem é efetivada como um pilar social. Automaticamente, a feminilidade é rebaixada ao vassalarismo. Nesse ponto da pesquisa, não nos resta mais dúvidas de que nosso sistema tende a emoldurar esses comportamentos e consequentemente deslegitimar a existência de pessoas que fogem da categorização de estereótipos estabelecida. Se se aproxima do feminino, o valor diminui, assim então, chegamos onde objetivamos: a feminilidade em homens.

Connell e Messerschmidt (2013) em seu artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, abordam toda essa estrutura do machismo patriarcal e como ele já está enraizado em nossa sociabilidade, e em um determinado trecho, eles citam o “movimento de liberação *gay*”, que se deu pela opressão de **homens para homens** extremamente ligado às ações e comportamentos de alguns, mas vinculado socialmente à categoria de estereótipo “mulher”.

(...) o poder e a diferença foram conceitos centrais no movimento de liberação *gay*, o qual desenvolveu uma análise sofisticada da opressão do homem, assim como da opressão pelo homem. Alguns teóricos perceberam a liberação *gay* como ligada a um ataque aos estereótipos de gênero. A ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional. Teóricos desenvolveram contribuições cada vez mais sofisticadas sobre as relações ambivalentes entre os homens *gays* e o patriarcado e com a masculinidade convencional (Connell; Messerschmidt, 2013, p.244).

A heteronormatividade comportamental reverbera também entre a própria comunidade LGBTQIAPN+. Muito se fala sobre ataques homofóbicos de pessoas heterossexuais, mas, esse estereótipo denominado como “afeminação” assombra homens declaradamente LGBTQIAPN+. Talvez por uma questão de poder, validação social, e também uma busca incessante por respeito, acarreta em expressões opressoras entre a própria comunidade.

A masculinidade tem diversas expressões, desde as primeiras relações sociais, e ainda hoje na contemporaneidade, não dá para enquadrar como uma única forma de expressão. O que importa aqui, é a masculinidade hegemônica em si, que “deve ser analisada como um modelo máximo e idealizado que se impõe sobre outras masculinidades (e sobre o feminino) que vem se perpetuando na cultura ocidental” (Ramos, 2019, p.17).

Os trejeitos homossexuais não estão presentes em todos, isso nos demonstra as óbvias falhas nessas categorizações sociais, e só explicita o quanto esse enquadramento sociocultural de existência do ser é fajuto. Ainda que, socialmente sejamos guiados por uma padronização social, esse sistema nunca será efetivo de fato, pois, a individualidade do ser sempre vai se sobrepôr, ainda que as retaliações sejam previsíveis. Por essas e outras, que muitos LGBTQIAPN+ ou já não têm trejeitos (como dito, não é regra tê-los), ou os omitem. Alguns simplesmente nadam contra a maré e lutam para ser o que é e como quer, outros se adaptam para viver em sociedade.

Por isso, compreender como essa masculinidade viril, máscula e estritamente heterossexual tornou-se um ideal também entre homens não-heterossexuais parece desafiador. Tal demanda por masculinidade é um produto dos conflitos de poder e das hierarquias, que sempre resultam em conversão e subversão. Daí é possível imaginar porque homens gays e bissexuais utilizam tais signos para demarcar suas identidades, mesmo que de forma não intencional: de um lado o hipermasculino, em uma jornada por aprovação, tentando provar-se como macho hegemônico; do outro lado, o afeminado, denunciando as normas de gênero e tentando se desvencilhar das classificações; e entre esses modelos opostos, os gays e bissexuais reais tentando digerir tal sistema, se posicionar, identificar-se, mas ainda assim, fazendo uso dele (Ramos, 2019, p.18).

Homens não-heterossexuais não estão isentos de sofrer repressões, não os livra “do estigma da homossexualidade e da homofobia, ele permite que os maiores tensionamentos estejam concentrados em outro público-alvo” (Ramos, 2019, p.18), os afeminados desde a infância. Público este, que, devido a sua forma de se comportar não tiveram a opção de se “assumir”, ou nem retaliações como “ser tirado

do armário", pois, as suas expressões corporais, suas falas, estavam a frente de sua própria identidade cognitiva. Ainda que não seja correto afirmar a orientação sexual de uma criança, em uma infância onde esses trejeitos são identificados por terceiros, na estrutura preconceituosa que vivemos, as consequências são (ainda) inevitáveis.

para muitos sujeitos afeminados a homossexualidade não se apresentou inicialmente como uma descoberta afetivo/sexual, mas como uma sentença. Algo que foi anterior ao conhecimento de si ou mesmo do significado de algumas palavras, como "viado" e "bicha", empregadas para estigmatizar e ofender sujeitos. A afeminação é o principal marcador utilizado no Brasil para identificar a homossexualidade, criando uma patrulha implacável (intensificada e legitimada na infância e adolescência por diversas instituições, como a família e a escola) a gestos, tom de voz, aparência, sensibilidade, forma de andar e diversos outros elementos tidos como expressões de gênero. A família e a escola por vezes promovem sessões de emasculação desses jovens, seja através do apontamento de algum gesto ou pela humilhação pública (Ramos, 2019, p.25).

Sobre o comportamento "afeminado" em meninos, como já explicitado, torna imprescindível destacar que o intuito aqui não é **afirmar** que toda criança com trejeitos afeminados seja de fato da comunidade LGBTQIAPN+, pois, todas as pessoas têm suas particularidades, mas sim, dizer que esses estereótipos preconceituosos da feminilidade em meninos podem servir de justificativa para diversas retaliações no âmbito social.

Os impactos desses julgamentos baseados na categoria estereotipada "afeminado" ou "afeminação" não param na infância/meio escolar, longe disso. Atravessam prolongadamente a vida dessas pessoas, perpassando por todos os âmbitos, e, quando nos depararmos com a vida adulta, mesmo já estando pré-moldados para a sociabilidade a qual estamos inseridos, se tratando de pessoas LGBTQIAPN+, essas disparidades ocorrem para além da orientação sexual do indivíduo.

Antes mesmo de um homem não-heterossexual optar por dizer sua orientação sexual, ele já estará sendo pré-avaliado por alguém, e para além de violências verbais, físicas ou sexuais por exemplo, tem o fator de sobrevivência e relações sociais.

Na nossa sociedade e seu sistema capitalista, o trabalho é fundamental para existirmos e vivermos, e devido a estereotipação fundamentada no conservadorismo em torno da feminilidade, podemos reafirmar que as oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo, em homens considerados afeminados, também é mais uma expressão que atravessa as vidas dessas pessoas. "O preconceito contra

afeminados no ambiente de trabalho por parte de homossexuais também já foi observado por pesquisas, de forma bastante direta, inclusive: discriminar, odiar, afastar-se” (Ramos, 2019, p.25).

Outras imbricações deste contexto, são as relações preconceituosas que podem ocorrer de gays para gays, onde, os que optam por expressar uma masculinidade heteronormativa (ou são estereotipicamente “masculinos”), de fato filtram seus relacionamentos com embasamentos nessa estrutura física e comportamental vinculada aos homens. Quando não isso, os próprios gays/bi se adequam para alcançar afetos.

(...)tais características são abstratas e extensivamente amplas, habitando as roupas, os padrões afetivos, os espaços de interação, os pelos corporais, a voz etc. Isso acaba por funcionar também como um padrão de requisitos (para amizades, interações, desejos e relacionamentos), pois aproximar-se do afeminado é expor-se à possibilidade de confundir-se com tal e assim perder patentes de masculinidade. Isso atravessa as amizades e relacionamentos de gays e bissexuais na sociedade, tornando esse processo mais custoso (Ramos, 2019, p.27).

Poderíamos passar páginas e mais páginas sobre como a sociedade e os próprios homossexuais lidam com essa masculinidade hegemônica enraizada, e também traçar várias imbricações nas vidas desse público, mas, foi preciso fazer vários recortes para avançarmos objetivamente para as possíveis violências (e não são poucas) que perpassam por essa categoria estereotipada do “SER um homem com trejeitos femininos”. E uma coisa é certa: exige resistência.

Chova em mim
 Vivendo em um mundo onde ninguém é inocente
 Oh, mas pelo menos tentamos
Tenho que viver minha verdade, não mantê-la engarrafada
Então eu não perco a cabeça
Eu posso senti-la na minha pele
 Está caindo em mim
 Lágrimas no meu rosto
 Água como miséria
 Limpe os meus pecados
 Está caindo em mim
 Deixe lavar
 (Lady Gaga, 2020).

3. VIOLÊNCIAS, ESTEREOTIPAÇÕES E AS MOTIVAÇÕES RELACIONADAS AO ABUSO SEXUAL EM MENINOS

Após as elucidações pontuais destacadas no Capítulo 2, aqui iremos adentrar sobre as consequências dessas características quando atribuídas a meninos (presumidamente homossexuais ou não).

Para que possamos seguir de forma didática, a partir daqui seguiremos com três pontos que visam se conectar e analisar essas categorias estereotipadas e como elas podem ser agressivas nas vidas - tanto de pessoas LGBTQIAPN+, quanto nas de meninos - principalmente se esses dois polos forem correlacionados na observação e presunção do agressor sobre a vítima, ou seja, ele atribuir características consideradas homossexuais no menino e conseqüentemente, o violentar.

Perpassaremos brevemente sobre parte das violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+ (subcapítulo 3.1), mas também nesse âmbito da presunção, pois, enfatizaremos o *bullying* homofóbico, a construção binária social de “ser menino e ser menina” nas escolas, também já estruturalmente categorizada no âmbito coletivo. E como já explicitado, mas sempre bom lembrar, que, não podemos afirmar a orientação sexual de uma criança, esses ataques no âmbito escolar começam pela interpretação de quem o pratica.

No capítulo seguinte (subcapítulo 3.2), iremos dialogar sobre a falta de arcabouços teóricos e acadêmicos se tratando de abuso sexual contra meninos, conversar sobre a disparidade de números de denúncias quando comparado com outros abusos como o contra meninas, e também, trazer alguns pontos sobre os estigmas de “homossexualização” do menino vitimado. Seja por ele próprio, pela família, ou pela sociedade.

Assim, conseguiremos entrelaçar ambos os assuntos e fechar elucidando em como os estereótipos sociais podem estar diretamente ligados à alguns casos de abuso sexual contra crianças do sexo masculino (subcapítulo 3.3), mas sempre destacando que **não é o único ponto de partida para um possível abuso**, e sim MAIS uma das expressões ao redor desse ato criminoso.

3.1 Violências contra crianças presumidamente LGBTQIAPN+ pelos opressores.

A LBGTFobia¹² foi criminalizada no Brasil em 2019 atrelada a Lei de Racismo (7716/89), sendo uma conquista para essa comunidade.

Aqui não iremos categorizar quais são os tipos de violências e nem destrinchar o porquê de elas ocorrerem enfatizando cada pessoa LGBTQIAPN+ e os estereótipos preconceituosos deferidos a elas. Para isso, seria necessário uma linha de pesquisa inteiriça sobre isso, visto que, o Brasil, dados de 2023, é o “país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ em todo o mundo pela 14ª vez consecutiva.” (Accarini, 2024, s/p).

As violências contra a comunidade atravessam várias esferas e por muitas vezes começam no próprio núcleo familiar, perpassando depois para a comunidade onde se vive, o ambiente educacional, trabalho, faculdade, dentre outros.

A fundação sem fins lucrativos Fundo Brasil criada por ativistas visando atender demandas (através de doações) e “fortalecer organizações da sociedade civil, sobretudo aquelas que são protagonizadas por pessoas e comunidades diretamente afetadas por violações de direitos” (Fundo Brasil, 2024, s/p), escreveu um pequeno artigo em seu site sobre a LBGTFobia no Brasil e como ela atravessa vários públicos e várias idades.

Com base nos dados obtidos pelas denúncias recebidas por meio do Disque 100, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, identificou-se que a maior parte das denúncias das pessoas LGBTQIA+ diz respeito à violência psicológica. Essa categoria inclui atos de ameaça, humilhação e bullying. A pesquisa ainda aponta que a LBGTFobia é a terceira maior causa para bullying. Além disso, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 apontou que 73% das e dos estudantes LGBTQIA+ já relataram terem sido agredidos verbalmente e outros 36% fisicamente. A intolerância sobre a sexualidade levou 58,9% das/os alunas/os que sofrem agressão verbal constantemente a faltar às aulas pelo menos uma vez ao mês (Fundo Brasil, 2024, s/p).

Além disso, a fundação aponta a marginalização e violência contra pessoas transsexuais, sendo “a violência sexual (...) destaque no Disque 100 e está diretamente ligada ao alto número de mortes.” (Fundo Brasil, 2024, s/p)

No dia 20 de janeiro de 2024, a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) fez uma

¹² “O termo LBGTFobia tende a não ser tão utilizado ou conhecido, já que, normalmente, usa-se outro sinônimo para nomear o ódio à população LGBTQIAPN+: homofobia.” A LBGTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. Fundo Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>.

pesquisa sobre os casos de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+ em 2023:

De acordo com o GGB, em 2023 foram 257 assassinatos. Desse total, 127 foram pessoas trans (travestis e transgêneros), 118 homens gays, nove lésbicas e três pessoas bissexuais. No entanto, o número pode chegar a 277, já que outros 20 casos estão ainda sendo apurados (Accarini, 2024, s/p).

A LGBTfobia se estrutura dentro de vieses conservadores e infelizmente tem sua fundamentação alimentada por políticos de direita, naquele mesmo contexto de “conservar a família e os bons costumes” como já discutido anteriormente. Mas, é preciso destacar que a homofobia também atinge pessoas heterossexuais baseadas em presunções de opressores à alguma determinada ação.

Em 2011, em São João da Boa Vista (216 km de São Paulo) um pai e um filho foram agredidos, “o pai, de 42 anos, teve parte da orelha decepada depois de levar uma mordida de um dos agressores. Ele e o filho, de 18 anos, estavam abraçados quando foram cercados por sete homens e espancados” (Simionato, 2011, s/p). Os agressores foram identificados e um dos suspeitos ao ser interrogado, assume que a motivação do crime foi por achar que se tratava de um casal homossexual.

Já no ambiente educacional, essas retaliações começam nos primórdios da integração. Ao tratar sobre os estereótipos homossexuais em crianças, o foco está num público em que **a orientação sexual do oprimido não importa, mas sim a presunção de quem oprime.**

Estruturalmente, essa construção de ser feminino e ser masculino já é categorizada em nossa sociedade, e no âmbito escolar essas idealizações por muito tempo foram fomentadas até mesmo pelos dirigentes e docentes, associadas a gestos, formas de falar e de vestir. As crianças eram separadas por gênero e observadas. No artigo “Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossocialização na infância”, Daniela Finco (2012) discorre sobre como essas crianças eram “identificadas” e diz que:

Se ser menina e ser menino fosse apenas uma construção biológica, não seria necessário tanto empenho para defini-los rotineira e reiteradamente como tal. É perceptível que existem intensos esforços para que as crianças desenvolvam uma identidade de gênero feminina ou masculina – existe uma busca pelo desenvolvimento “normal” da masculinidade e da feminilidade (Finco, 2012, p.50).

Ainda que as discussões sobre orientação sexual e homofobia tenham avançado, o contexto no qual a Daniela Finco escreveu seu artigo, em 2012, permanece vivo. A autora retrata como professores, em base dos seus pareceres

personais (e às vezes religiosos) renegam comportamentos considerados femininos em meninos, e embasados em observações vazias como “quando os meninos preferiam ficar ou brincar (...) com outras meninas, em vez de estarem com outros meninos. Essa atitude, (...), estaria associada a características “afeminadas” (Finco, 2012, p.50).

As camadas preconceituosas desse ‘achismo’ são advindas do padrão de ‘o que é de menino e o que é de menina’: brincadeiras, esportes, cores, filmes, séries, animações. Por isso ela frisa que as preferências e os comportamentos de meninas e meninos não são meras características oriundas do corpo biológico; ou seja, são construções sociais e históricas (Finco, 2012).

Souza; Faro; Silva (2015, p.291) desenvolveram um estudo que “objetivou verificar como os fenômenos *bullying* e homofobia se aproximam, comparando a homofobia entre os atores do *bullying* (autor, alvo, alvo/autor e testemunhas)”, e se como dito anteriormente, docentes também manifestaram essa observação nos meninos, conseqüentemente, esses apontamentos também reverberam nos estudantes, de todas as idades.

Ações repressoras que podem ser advindas por intolerância religiosa, raça, etnia, peso, altura, deficiências, dentre outras, estão presentes no ambiente escolar e entram nessa perspectiva de *bullying* verbal, podendo desencadear agressões físicas. A aparência da vítima é um forte indicativo para tais agressões, porém de acordo com Souza; Faro; Silva:

não é apenas um modelo de beleza que orienta esses comportamentos violentos, mas também comportamentos manifestos que fujam ao estereótipo de gênero compartilhado. Mahan e cols. (2006) destacam assim os trejeitos como sendo a principal motivação para o *bullying*, **independente da orientação sexual do aluno**. Na presente pesquisa, os trejeitos e as palavras de cunho homofóbico são o segundo motivo para manifestação de *bullying* entre os participantes do sexo masculino. Entre as meninas essa porcentagem está quase ausente (Souza; Faro; Silva, 2015, p.294).

Concorda-se que nem sempre a certeza da orientação sexual de uma pessoa violentada (LGBTQIAPN+ ou não) é o gatilho para tais retaliações. A LGBTfobia reflete de forma sociocultural podendo ser um perigo para todos em nossa sociabilidade.

Avançamos para reflexões sobre o abuso sexual contra meninos. Tal tema será abordado no próximo capítulo, pois, a VIOLÊNCIA SEXUAL tem diversas camadas, e uma gigantesca diversidade nos grupos de possíveis vítimas. São inúmeros os

estudos/artigos sobre, e com muitos recortes: violências em meninas, esposas, mulheres pretas, mulheres periféricas, em hospitais, em penitenciárias, então, fez-se necessário fazer um recorte para que possamos adentrar objetivamente dentro do que a pesquisa se propõe. No caso, o abuso sexual contra meninos.

3.2 Abuso sexual contra meninos

Antes de atravessarmos diretamente o assunto sobre o abuso sexual contra meninos, iremos iniciar esse capítulo com uma citação informativa; esta que, traz consigo uma importância social, seja em perspectiva individual ou em perspectiva comunitária:

Para garantir a proteção da criança vítima de abuso sexual é preciso que ocorram necessariamente as três etapas: revelação, notificação e denúncia da violência sofrida. É importante ter em mente que a revelação muitas vezes se dá a partir de certos sintomas apresentados pelas vítimas, apontando para a necessidade de que membros da família, cuidadores ou profissionais com os quais as vítimas estão em contato (por exemplo, na escola) saibam reconhecer tais sinais. A revelação sobre a vitimização de violência sexual ocorre a partir do momento em que a vítima relata o ocorrido para uma terceira pessoa, o que deve ter como consequência a notificação que trata do momento em que essa revelação alcança uma condição de publicização, envolvendo uma das instituições do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes (Conselho Tutelar, delegacia especializada, serviços de ajuda como SOS Criança ou Disque Denúncia) (Conceição *et al*, 2020, p.104).

A citação acima é do Artigo “Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção” de Maria Inês Gandolfo Conceição *et al* (2020), ela busca discutir essas imbricações com o objetivo de apontar os sintomas apresentados por esses meninos e também denotar o sofrimento inerente à situação. Irritabilidade, alimentação exagerada, mau desenvolvimento escolar, atitudes de cunho sexual, foram alguns dos sintomas citados.

Os abusos sexuais masculinos são pouquíssimos denunciados ou divulgados, pois, para além da violação de direito desses garotos, tem o estigma de rompimento da masculinidade do mesmo, a possível “homossexualização”, e o próprio medo da criança em relatar tais abusos e ser reduzido a particularidades consideradas femininas. Conceição *et al* (2020) explicita também como essa realidade no Brasil é basicamente esquecida:

O abuso sexual de meninos é pouco divulgado em função de ideias preconcebidas sobre a inevitabilidade do aparecimento na vítima de comportamentos homossexuais no futuro. No Brasil, o desconhecimento sobre essa realidade é grande, tanto sobre a prevalência de abuso sexual de

meninos quanto sobre as características do ofensor sexual (Conceição *et al*, 2020, p.103).

Como já explicitado, é muito difícil levantar pesquisas com crianças, pois a forma de pesquisa e entrevista deve seguir trâmites jurídicos e cuidados que anseiem pela integridade física, psicológica e a sensibilidade do não constrangimento dos mesmos. Além de tudo, prezar pela preservação de identidade, sendo assim, ao tratar sobre violências e abusos, os cuidados são redobrados.

Todos os artigos, teses, dissertações que abordam o abuso sexual em meninos identificados para essa pesquisa, explicitam como há poucas pesquisas sobre. Maria Inês Gandolfo Conceição *et al* diz que “é menos conhecida do que a violência sexual contra crianças do sexo feminino, tanto no âmbito internacional, como no nacional” (2020, p.105). Concordemente, Amanda Pinheiro Said (2017) em sua dissertação “Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal” dizem:

O abuso sexual contra vítimas do sexo masculino é fenômeno real, subnotificado e com poucas pesquisas. Há diferenciações nas vitimizações sexuais contra pessoas do sexo feminino e masculino: para estas vítimas os episódios de violência tendem a apresentar maior gravidade e os sintomas mais frequentes são agressividade, abuso de substâncias e confusão em relação à identidade de gênero (Said, 2017, p.4).

Em sua dissertação “Abuso sexual de meninos: estudo das consequências psicosssexuais na adolescência”, Mery Pureza Candido de Oliveira (2010) fez uma pesquisa com grupos de adolescentes que passaram por violências sexuais durante a infância, e através dos dados levantados, conseguiu categorizar situações e debruçar sobre elas, como o abuso sexual intrafamiliar, extrafamiliar, consequências psicosssexuais, desenvolvimento da memória (Oliveira, 2010) e também correlacionou, através de relatos de familiares, sobre a mudança de comportamento desses meninos. Foram identificadas consequências como agressividade, introspecção, e em alguns casos mais graves, repetições de abusos.

Oliveira (2010) assim como os outros(as) autores(as) citados(as) nesse capítulo também enfatiza o apagamento, mas num contraponto, ela diz que essa escassez prejudica nas pesquisas no âmbito da psicologia, no âmbito do perfil psicológico e sexual dessas crianças e adolescentes, e da gravidade danos psíquicos possíveis de ocorrer em vítimas de abuso. Preocupada em como será o futuro dessas pessoas, ela diz que somente com mais arcabouços, os profissionais dessa área da

saúde poderiam, através deles, se “embasar as propostas terapêuticas e para a prevenção dos possíveis riscos de disfunções e transtornos da sexualidade, incluindo o risco de que a vítima passe a assumir o papel de agressor” (Oliveira, 2010, p.13).

Em 2009, a antropóloga e professora de pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB) Tânia Mara Campos de Almeida, fez um estudo sobre um garoto abusado sexualmente desde os 10 anos de idade, e adentrando os relatos, Almeida (2009) reflete sobre os baixos índices de denúncias e como o pensamento homofóbico e machista perpetuou sobre esse caso:

Sebold (1987) aponta que a associação entre abuso sexual de meninos e homossexualidade não apenas implica em vergonha e estigma social, mas também constitui outra razão para o número reduzido de denúncias e a pouca informação disponível. A causa mais dramática para o pouco conhecimento que se tem sobre a violência sexual contra meninos vem, segundo o autor, das preocupações homofóbicas sobre o futuro do menino. Por um lado, o próprio menino tenta convencer outros meninos de que não é gay ou que é extremamente másculo e assume muitas condutas de sedução de meninas. De acordo com nossas observações mais diretas, as mães tentam esconder da família e da vizinhança por medo da discriminação que o menino sofrerá e, em se tratando dos pais, há uma tentativa de negar o evento por meio da instalação de uma regra de não se falar sobre o assunto, nem mesmo com profissionais (Almeida, 2009, s/p).

Por diversos momentos da entrevista, fica nítido como a questão da homossexualidade era automaticamente vinculada ao caso, principalmente na percepção dos familiares. Almeida (2009) é mais uma que traz que o abuso sexual masculino é pouco discutido e denunciado e frisa algo que nos remete automaticamente à masculinidade hegemônica:

Dentro do arcabouço de nossa cultura machista-patriarcal, recaem olhares e sentimentos aos meninos abusados que os impedem de retornar à condição de "homens", restando-lhes o homossexualismo praticamente como um destino. (Almeida, 2009, s/p).

Em levantamento realizado para esse TCC, na cidade de Ouro Preto (MG); de acordo com o Registro mensal de atendimentos (RMA) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (dados cedidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), conforme descrito no Anexo – A (dados de 2022) e no Anexo - B (dados de 2023), os números de denúncias de crianças e adolescentes abusados sexualmente foram:

- 2022: 54 casos - idade de 0 a 17 anos - sendo 45 femininos e 9 masculinos
- 2023: 31 casos - idade de 0 a 17 anos - sendo 25 femininos e 6 masculinos

masculinos.

Esses dados mostram como o número de abusos sexuais em meninos são bem menores, e não é possível especificar a razão para tal estimativa, mesmo porque o índice de violência sexual em meninas é muito alto. A intenção aqui é destacar essa disparidade e partir do pressuposto de que o número de denúncias de abusos contra meninos são sim, bem inferiores.

Para além de achismos e opiniões individualizadas, temos pesquisas acadêmicas que nos mostram como a denúncia do abuso sexual em meninos é embrionária. E quando essa pesquisa estava sendo fundamentada sobre os três pilares - estereótipo, orientação sexual e a infância - na busca de arcabouços teóricos, foi identificado que as poucas pessoas que assumiram a responsabilidade de retratar essas violências (em meninos) abordaram pontos diferentes, com imbricações diversas.

É desafiador adentrar sobre um assunto que não possui pesquisas avançadas; quando nos propomos a discutir sobre obras, pesquisas, teses, artigos, dissertações e demais publicações, e o tema base ser tão invisibilizado, nos leva para um acoplado seletivo de informações, que em síntese, ainda que pouco, é de extrema necessidade. Precisamos destacar que, tudo isso posto, não faz com que o ato/violência não exista e muito menos que não seja relativamente recorrente, ela está aí e afetando diversas crianças e familiares, só se falam pouco delas.

Percebe-se que todo esse silenciamento, ou melhor, os “baixos” números em vários âmbitos acerca da violência sexual em meninos, está sim entrelaçado aos estigmas em torno da masculinidade marcantes em nossa sociedade, e muitas vezes justificam a demora na revelação ou o silêncio das vítimas, já que muitos não querem se ver na posição, ou fazer parte desse rol de fragilidade, medo, insegurança e dependência (Said, 2017).

No próximo tópico iremos articular o abuso sexual contra meninos e a **categoria estereotipada da homossexualidade**. Ainda que não exista um padrão comportamental de um indivíduo sobre a sua sexualidade, socialmente, são formados estereótipos sobre. Se retornarmos ao pressuposto de “ser homem”, “ser idoso”, “ser criança” dentre várias outras categorias enraizadas em nossa sociedade, não fica difícil perceber que temos definições sociais sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

- Imagine que, a maior parte de nossas decisões ocorrem a partir de algo que idealizamos e observamos, assim, de acordo com nossa perspectiva daquela situação, tomamos partido e agimos. Por exemplo: você observa que há um copo de vidro na quina de uma mesa, então, seu cérebro parte para possibilidades do que pode acontecer se alguém encostar no mesmo. - Você observa, idealiza e entende que precisa fazer algo. - Vai até o copo, o afasta da ponta da mesa porque idealizou que ele iria cair se ficasse ali. - Consegue entender que para evitar esse acidente foi preciso categorizar uma gama de possibilidades? Assim, funciona o oportunismo de pessoas que cometem crimes. Observam, presumem e agem. É nessa perspectiva que partiremos do princípio de que a feminilidade presumidamente observada em meninos, podem ser gatilhos para ações criminosas de cunho sexual.

3.3 Estereótipos e o abuso sexual contra meninos (presumidamente) homossexuais

Ao analisar como os estereótipos comportamentais associados a homossexuais do sexo masculino, a masculinidade hegemônica estruturada e o esvaziamento sobre a feminilidade, impactam diretamente a vida de crianças com traços considerados “afeminados”, será sintetizado de forma crítica alguns relatos, reportagens, dissertações. Objetivamos elucidar como tais estereótipos podem contribuir para a idealização e conseqüentemente para a perpetuação de violências e abusos direcionados a essas crianças.

Os estereótipos, como já explicitado, são categorias socialmente fundamentadas no SER e AGIR dos seres sociais, individualmente ou coletivamente. O destaque aqui é em como essas categorias podem ser pejorativas, pois, o comportamento avesso de uma “estereotipação” já estabelecida como regra, se torna fundamentação para práticas abusivas e violentas.

Algumas frases extremamente problemáticas, mas que são reproduzidas de forma acrítica no cotidiano: “ela estava com saia curta, devia estar querendo”, muito utilizada para culpabilizar mulheres vítimas de alguma violência de cunho sexual. Ou, “ele tem um jeitinho diferente, com certeza gosta”, se referindo a homossexuais do sexo masculino (independentemente da idade) em qualquer situação a qual o executor da fala ache pertinente, dentre outros vários ataques verbais.

Ferrari *et al* (2021) entrevista quinze (15) homossexuais entre 19 e 24 anos, e todos relatam seus abusos psicológicos devido a sua orientação sexual. Destes

alguns relataram abuso sexual na infância, e detalham como o ponto de partida para tais ações, os seus trejeitos e os estereótipos pautados em seus comportamentos afeminados.

Segue abaixo o relato dos entrevistados no artigo de Ferrari *et al* (2021, p.2729):

1. *“Eu fui abusado quando eu tinha dez anos. Fui criado com um primo. Ele devia ter uns 20 anos. Desde criancinha eu tinha sexo com ele. Demorei bastante pra entender o que tinha acontecido e é difícil porque eu acho que tinha gostado, não sei até que ponto eu me descobri com homossexualidade naquele momento. Parece que a sexualidade do surdo-mudo não existe. Não teve uso de camisinha nem nada. Fui só passivo com ele. Fiquei com esse primo por uns três anos.”* (VD, 22 anos, negro, morador de favela)
2. *“Fui abusado na minha primeira vez. Quando eu tinha 13 anos eu fui na casa de uma prima minha e a gente se vestiu de mulher. Tava só eu, ela e o meu primo, irmão dela. Minha prima disse que ia no mercado e eu fiquei lá. Eu saí do quarto, mas tava vestido de mulher. Meu primo me viu e começou a me zoar, me chamando de viadinho e que eu tinha que aprender a virar homem. Eu falei que era só uma brincadeira, mas ele nem deu bola. Ele me agarrou pelos braços, disse que se eu gritasse ou fizesse alguma coisa, ele ia contar pra todo mundo que eu me vestia de mulher. Ele tinha uns 20 anos! Só lembro que ele me agarrou e me colocou de bruços. Falou pra eu ficar quieto e não gritar. Não durou nem cinco minutos. Perdi a virgindade ali. Fiquei sem reação na hora, depois que ele acabou eu comecei a chorar. Ele falou pra eu calar a boca senão a irmã dele ia desconfiar [...]. Foi sem camisinha. Ela chegou e eu tava chorando, mas não falei nada. Falei que o brinco da mãe dela tava me machucando e pra eu tirar. Fui embora e esqueci essa história.”* (EF, 23 anos, branco, morador de Favela).
3. *“Com 16 anos eu tava jogando videogame com um primo e um amigo dele. Aí rolou um papo sobre gozar, fazer troca-troca. Eu falei que já tinha chupado um menino. Meu primo perguntou se eu não queria chupar ele, aí eu falei que sim. Aí comecei a chupar ele e depois de uns minutos, chupei o amigo dele. Meu primo tirou minha bermuda e disse que ia meter em mim, que eu era um viadinho e que ia acabar gostando. Eu falei que não tava afim, que era virgem. Mas o amigo dele me segurou de bruços e foi. Tipo, fui abusado mesmo. Aí depois o meu primo segurou meus braços e o amigo dele que abusou. Doeu muito e eu fiquei sangrando. E foi tudo sem camisinha’. Depois eu comecei a chorar e eles foram embora [...] Eles tinham 23 anos!”* (RT, 22 anos, branco, bairro camada popular).

O combate a violências sexuais é responsabilidade de toda a sociedade, ressaltamos o papel do Estado, com cuidados necessários e preservação dos direitos do cidadão. Relatos como esses, seriam ainda mais comuns se tivéssemos uma política pública que trabalhasse melhor diante dessas situações e todas as camadas e expressões que elas possam enfrentar no decorrer da vida. Ferrari *et al*

(2021) relata sobre como as políticas públicas são falhas com esse público no resumo de seu artigo:

Nenhum profissional de saúde foi citado pelos jovens como fonte de ajuda. Destaca-se também a necessidade de debater a prevenção da violência e promoção da saúde destes jovens, ampliando o olhar para as várias formas contemporâneas de se relacionar intimamente (Ferrari *et al.*, 2021. p.2729).

Os outros doze (12) entrevistados relatam diversas outras expressões no âmbito da violência, sejam elas domésticas ou nas escolas; físicas ou psicológicas. E em sua maioria, em momentos da vida em que nem os mesmos entendiam sua sexualidade.

Nessa perspectiva de relações entre o Estado e o indivíduo, ressaltamos aqui, a iniciativa da criação do Centro de Referência e Acolhimento (CRA) LGBTQIAPN+, na cidade de Ouro Preto, em 2023, em que esse público é acompanhado por técnicos psicossociais e jurídicos. Este sendo o segundo CRA de Minas Gerais.

Um avanço interno no município que, como equipamento público, visa, entre outros, acolher esses casos nada isolados, mas raramente mencionados. A importância de uma política pública, seja na Assistência, Saúde, Habitação, Educação, dentre outras, quando bem executada, pode sim amparar esse público socialmente negligenciado.

Destacamos a necessidade de delinear políticas públicas capazes fomentar práticas de cuidado a adolescentes e jovens gays cisgênero, constituindo um suporte no enfrentamento de situações de violência e das vulnerabilidades a que são continuamente expostos em suas relações íntimas. Compreendemos que uma rede de apoio social multissetorial é essencial para o enfrentamento da violência, minimizando assim a vulnerabilidade à violência e, conseqüentemente, aumentando os fatores de proteção na sua saúde e bem-estar destes jovens (Ferrari *et al.*, 2021. p.2736).

As violências podem ser categorizadas, mas não podemos decretar um único motivo para tais ocorrências. Retomamos a pesquisa realizada por Conceição *et al* (2020), em que é abordada a questão dos sintomas e denúncias. Nas entrevistas realizadas, feitas com os responsáveis legais das vítimas, foi relatado um dos sintomas “que denotam um sofrimento de maior grau, bem como possível comprometimento psíquico e emocional mais sério, por exemplo, o vestir-se com roupas de mulher” (Conceição *et al.*, 2020, p.109), e o próprio artigo ressalta que essas conotações podem estar vinculadas ao próprio preconceito de gênero e ao “feminino”, como já mencionamos.

Quando refletimos sobre os comportamentos dessas crianças, e os vinculamos a um viés, onde, pressupomos que as possíveis vítimas podem ser detectadas a partir

desse, encontramos reflexões pertinentes:

Sobre esse comportamento, vários autores indicam o surgimento de comportamentos típicos do gênero feminino, como o vestir-se com roupas de mulher, como um sinal grave e que deve ser observado, pois levantam suspeitas de abuso sexual por período mais longo, bem como pela possível prática da penetração (Conceição *et al*, 2020, p.110).

Muitas dessas ideias preconceituosas sobre os gêneros, identidade e também da orientação sexual, estão impregnadas na visão dos adultos responsáveis por essas crianças. Essa perspectiva de que vários autores indicam que os comportamentos afeminados são um sintoma pós abuso (ou durante), pode ser uma visão enviesada e até mesmo conservadora dos mesmos. Que tal refletirmos sobre essas ações como “vestir-se com roupa de mulher” pressupondo que é algo que a criança já fazia antes da violência. Bora lá.

É muito comum crianças vestirem roupas dos pais ou de parentes próximos, muito disso reflete mais sobre a replicação do que a criança vê cotidianamente. Crianças replicam palavras, frases, músicas e também ações. Nessa fase é bem comum, pois, é nessas percepções que as mesmas vão formando seu caráter e se adaptam ao meio em que vivem, isso explica porque muitas crianças fazem estripulias como cortar o próprio cabelo, passar maquiagem no rosto, se cortar com gilete de barbear e também, vestir roupas dos adultos ao redor.

As associações de “roupa de mulher e de homens” não são feitas por crianças, mesmo porque elas ainda estão em formação cognitiva. Tudo que ela sabe sobre isso, ou é intencionalmente ensinado, ou observado pela mesma naquele ambiente. Não parece justo dizer que após um determinado abuso, ou um abuso contínuo, ocorre uma indução de meninos a se vestirem com “roupas de mulher”. Honestamente, dizer isso soa mais como uma culpabilização e talvez até justificativa, do que como um sintoma propriamente dito.

Uma criança já verbal, introduzida no âmbito escolar, por exemplo, consegue observar como seus colegas de classe e professores se vestem, e até em casa, como os pais e demais parentes também se vestem e se portam, conseqüentemente, nessas relações, categorizam em sua mente o SER mulher e o SER homem culturalmente estabelecidos.

Podemos elencar como um sintoma pós-abuso, a expressão de “dúvidas quanto a identidade de gênero e orientação sexual” (Conceição *et al.*, 2020, p.106).

E isso acaba confrontando esses relatos das entrevistas sobre o vestir-se com roupa de mulher, e é o que queremos enfatizar aqui: a observação de familiares sobre o comportamento da criança, pode se vincular como consequência da violência (sintoma), mas também, como uma tentativa de justificar que tal criança já poderia apresentar estereótipos comportamentais afeminados.

Nesse ponto, entramos em outra perspectiva: a do violentador. Que por sua vez, ao perceber as escolhas individuais da criança de se vestir com as roupas da mãe, das primas e irmãs, por exemplo, pode associar previamente que aquela criança tenha idealizações (ou sua sexualidade) também pautada no que se espera que mulheres tenham: a atração sexual pelo sexo masculino; acarretando assim, no sentimento criminoso de violentar o corpo da mesma.

Além de tudo isso, a ideia de consumir o ato violento pode ser alimentada pela dedução de que o menino abusado vai gostar do ato “por ser gay”. Afinal, existe essa ideia que homossexuais são promíscuos, então “ele gosta”. Acreditem, o autor deste TCC pode confirmar que ouviu essa mesma frase quando foi abusado. Infelizmente alguns homens abusadores de meninos possivelmente não enxergam (ou não querem enxergar) o que fazem como crime ou invasão, mas como um ato desejável da vítima. - “Pelo jeitinho dele, ele gosta, então vou dar o que ele quer.”

Destacamos que, todo o fenômeno violência, além de complexo é multicausal, “e representa uma grave violação de direitos humanos. No entanto, carecemos de mais estudos sobre as dinâmicas das violências a que jovens gays cisgênero estão expostos” (Ferrari *et al*, 2021, p. 2736), e com isso se torna ainda mais necessário destacar as diversas variações, para que possamos ter mais arcabouços teóricos e acadêmicos nessa temática.

Pelo fato de nossa sociabilidade ter se formado com diretrizes conservadoras e preconceituosas, por algumas vezes, o fato da vítima ser afeminada, não só compactua para o ato da violência sexual, mas também nas ameaças de exposição. Said (2017, p.38) descreve três casos de abusos sexuais em sua pesquisa, e no Caso 2, “a mãe descobriu a situação de abuso sexual quando viu uma conversa do filho com seu primo em rede social na internet e o primo, três anos mais velho, ameaçava-o e chamava-o de “veadinho”. E em relação ao futuro dessas crianças:

Crenças e estereótipos de gênero, que relacionam a masculinidade a concepções de força, coragem e virilidade, marcam o desenvolvimento dos meninos e influenciam a reação – deles próprios, de suas famílias e da

sociedade como um todo – diante da ocorrência de uma violência sexual. O medo de se tornarem homossexuais (Baía et al., 2015) após o abuso sexual mostra-se presente, por exemplo, na fala da mãe de Caio (caso 2). Também a mãe de Douglas manifestou receio do futuro do filho, diante dos comportamentos sexualizados apresentados por ele (caso 3) (Said, 2017, p.88).

Uma outra pauta levantada por alguns religiosos/políticos conservadores em defesa da “cura gay”, por exemplo, (como explicitado no subcapítulo 2.2), é de que muitos homens se tornam homossexuais por terem sido abusados na infância.

Em 2017, a psicóloga e missionária evangélica Rozângela Alves Justino afirma para a VEJA “que 100% dos pacientes homossexuais que ela já atendeu em seu consultório sofreram abusos na infância ou na adolescência.” (Bassete, 2017, s/p). Utiliza desse discurso com intuito de defender a terapia de reorientação sexual para gays e lésbicas.

Essa ideia preconceituosa disfarçada de opinião é bem comum, inclusive é proferida também por pessoas que se consideram “ex-homossexuais”, pessoas essas convertidas a alguma religião que renega a existência da orientação sexual múltipla.

Essa associação de “se tornar homossexual” por sofrer abuso sexual na infância é cruel. Claro que as experiências e traumas são particulares, não é possível generalizar, tampouco categorizar as reações do violentado, e este é o ponto, a generalização de que todos os homossexuais se tornaram homossexuais a partir de um determinado acontecimento, são declarações de indivíduos que se recusam a acreditar que a homossexualidade é tão natural quanto a heterossexualidade.

Silva e Menandro (2019) entrevistaram 4 homens adultos (25 a 46 anos) que se autointitulam ex-homossexuais, para o artigo “Como se Produz um Homossexual?: a Origem da Homossexualidade na Percepção de Indivíduos que Alegaram Ter Mudado de Identidade Sexual”, e sem supressas, os quatro entrevistados declaram ser cristãos/evangélicos, e os motivos que eles acreditam ter compactuado para seus comportamentos homossexuais variam entre: 1. Estrutura familiar deficiente. 2. Abuso sexual na infância. 3. Experiências homossexuais prazerosas. 4. Ação de entidades espirituais. Os autores explicitam que:

Todas as explicações acerca da gênese da homossexualidade masculina apresentada pelos entrevistados derivam de uma concepção construtivista. Eles negam qualquer possibilidade de algum indivíduo nascer homossexual ou de haver algum nível de influência de componentes genéticos. Ao contrário, acreditam que o homossexual é produto de diversas experiências

e influências que o sujeito vai introjetando ao longo da vida. Para eles, à medida que o indivíduo vai passando por determinadas vivências que o vão moldando, ele vai se constituindo como gay (Silva; Menandro, 2019, p.73).

Nesse ponto, fica em evidência sobre como as concepções sobre sexualidade podem ser muito influenciadas por vieses religiosos. Para essas pessoas que seguem esses ideais, a homossexualidade é desviante, enquanto a heterossexualidade é a condição natural, ou seja, suas experiências e escolhas ao longo da vida é que vão definir se assim ele permanece ou se desvia do caminho divino (Silva; Menandro, 2019).

Quando não se naturaliza as múltiplas expressões das orientações sexuais, todas as outras opostas a heterossexualidade tornam-se causais e construtivistas, e infelizmente o abuso sexual, para algumas pessoas, é usado como uma forte influência para o surgimento da homossexualidade no indivíduo, o que apaga a existência natural daquela pessoa em sociedade e em consequências violentas e 'retaliadoras' para a mesma.

Por mais que não seja possível, nessa pesquisa, falar sobre a sexualidade de crianças e pré-defini-la, é inegável que esses estereótipos atravessam as mesmas assim como qualquer outro ser social. Independente de qual seja a orientação sexual dessas crianças, uma coisa é certa: **nenhuma delas se tornarão homossexuais por serem abusadas, mas podem ser abusadas por terem comportamentos atrelados a homossexuais ou mulheres.** A interpretação do criminoso o leva a cometer os abusos, é inconcebível deduzir que alguém irá decidir sentir atração física e sexual por quem lhe causou mal.

Da mesma forma que retaliações conservadoras também refletirão nesse público, seja com o discurso de proteção, ou com o de rejeição. Podemos afirmar que existe uma estrutura social que anseia pelo controle incorruptível de ideais, como Silva e Menandro dizem:

Mesmo considerando haver uma transformação sociocultural em relação à proliferação de informações acerca da homossexualidade, por meio de novelas, séries, filmes ou discussões televisivas, parece que os padrões identitários da sexualidade dissolvem-se muito lentamente. Com a emergência cada vez maior das múltiplas formas de expressão da sexualidade, espera-se que o grupo que pertence à sexualidade hegemônica sinta-se ameaçado e queira tornar mais rígida a barreira que protege seu status dominador (Silva; Menandro, 2019, p.77).

Como já dialogamos sobre o fato de alguns homossexuais terem comportamentos heteronormativos, não podemos apagar o fato de que alguns

desses podem também terem sofrido abusos de cunho sexual, sendo o ponto de partida do abusador, outro (ou outros) diferente do elucidado aqui; oportunismo e fetiches pedófilos são uns deles.

Ainda aqui, podemos pressupor uma ideia de que muitos aderiram essa forma “heteronormatizada” de se comportar em sociedade exatamente porque um dia seus trejeitos femininos o causou um grande mal. Não é a primeira e nem a última vez que veremos/ouviremos falar de abusos sexuais, seja lá qual for a vítima, infelizmente. Mas quanto mais pesquisas forem feitas a fim de elucidar pontos sobre tais acontecimentos, teremos mais meios de tentar preveni-las.

Não se pode mudar o mundo sozinho, talvez nosso próprio mundinho individual, como mudar nossos comportamentos para nos sentirmos mais seguros no meio a qual estamos inseridos. Mas, em coletivo, podemos formar/informar profissionais que sirvam de suporte na vida de tantas crianças abusadas amparando-a e ensinando-a que não há nada de errado na sua forma de falar, andar e agir. Em caso de violência sexual, a culpa nunca é da vítima, e nesse específico contra meninos com trejeitos considerados afeminados, a culpa está em quem se sente no direito de invadi-lo por isso.

É cultural, estruturado e enraizado em nossa sociedade a marginalização e a invalidação existencial de pessoas LGBTQIAPN+, e infelizmente esse ódio gera ataques e violências. Que as histórias dessas pessoas virem força, e conseqüentemente, pesquisas, teses, dissertações, artigos, matérias. Que a dor, vire conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais precisamos retomar a música AmarElo (Vassão, 2019) citada no capítulo 1.1: “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”, para mostrar a importância de termos arcabouços teóricos que corroboram para uma reflexão crítica sobre o pertencimento desse público e como sua existência social pode ser segregada. Como sua forma de comportar em sociedade pode ser invasiva e cruel quando interpretada por terceiros. Mas, num contraponto, servir de objeto de pesquisa que em sua intencionalidade, busca agregar cientificamente. Idealizado e desenvolvido por alguém que tem essas cicatrizes, mas não deixa (não mais) que elas falem por ele.

Vivemos em uma sociedade múltipla que infelizmente ainda vive em caixas. Caixas essas que se recusam a aceitar o diferente. O machismo é a chave para entendermos como a feminilidade é atacada em vários corpos. A categoria de estereótipo “ser feminino(a)” assombra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ por várias partes do mundo.

Essas crianças violentadas crescem, passam pela adolescência, pela vida adulta, e no meio social vão se entendendo e se descobrindo. Sendo da comunidade LGBTQIAPN+ ou não, as cicatrizes deixadas por abusos sexuais são eternas, como muitas outras.

Agora, se refletirmos sobre as crianças que posteriormente se entendem como não-heterossexuais, e que sofreram esses abusos, ainda existe a luta por toda a sua existência diante o estigma de que se tornou aquilo que o feriu. Não necessariamente um futuro abusador, mas um “amante de sua dor”, alguém que passou por aquilo, gostou e não largou mais. Por muitas vezes na minha vida eu ouvi isso de pessoas próximas. - “O cara fez isso com você, você gostou tanto que é (gay) até hoje né?” - E não vai parar por aqui, as pessoas são cruéis e desinformadas.

O objetivo aqui não é afirmar que esse é o único motivo para abusos em meninos, tampouco generalizar que todos os meninos abusados tinham algum traço considerado homossexual, mas explicitar que pode ser uma das razões e as pessoas precisam prestar mais atenção nisto. A depender de quem receber essas informações, que possam assimilar e passar a ter os cuidados necessários, podendo estar assegurando um filho, um irmão, um primo, de sofrer tal invasão.

Quando um criminoso se sente no direito de estuprar alguém, ele se sente dono daquele corpo. Existe uma ideia de posse que supostamente o autoriza a agir sem o mínimo de pudor. E em casos de homossexuais do sexo masculino, principalmente os mais jovens, essa culpa por sentir atração pelo mesmo sexo, numa sociabilidade conservadora e majoritariamente cristã, faz com que os mesmos não os vejam como uma vítima, mas como uma espécie de penalização.

Tudo isto pode acarretar em doenças mentais e traumas irreduzíveis, mas para além, existem também as violências psicológicas no âmbito familiar, que podem vir a culpabilizar a vítima por se comportar diferente de outros meninos: “Se você não ficasse rebolando e falando com essa voz fina, isso não teria acontecido”. E ainda nessa perspectiva, por vivermos numa sociedade que não vê a homossexualidade com respeito, o próprio abuso pode servir de piadas e ofensas a esses meninos; no meio educacional existe grandes chances. - Comigo existiu.

A violência que aconteceu comigo no dia 10 de maio de 2005, não terminou naquele dia, e nem parou de doer ali. Tanto que me dispus a escrever um TCC inteiro sobre isso. Por anos alguém me lembrava do que tinha acontecido, e não era para me acolher, mas para me penalizar; zombar de mim. Lembrar que meu tutor me perguntou diversas vezes se realmente tinha acontecido, e quando eu dizia que sim ele rebatia ligeiramente com um “mas você pediu?” sempre, sempre e sempre. São marcas que sempre, sempre, sempre estarão comigo.

Naquele dia minha infância ficou naquela UPA, no momento que pisei para fora dali eu não era mais eu.

Adentrando no âmbito do Serviço Social, o curso a qual essa monografia pertence, entende-se que como categoria, os profissionais qualificados (assistentes sociais), lidam com diversas expressões da “questão social” independentemente do espaço sócio ocupacional no qual estão inseridos. O que torna necessário estudar e mediar sobre a realidade dos seus usuários com análise crítica para além da aparência, interligando sua competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Para que assim, seja possível entender as particularidades sociais e individuais, atingindo melhores resultados dentro de sua competência.

E isso serve para qualquer profissão, principalmente as ligadas diretamente às políticas públicas. A diversidade do público que procura esses espaços é enorme, e

precisam ser analisadas de acordo com suas particularidades.

Uma criança, com estereótipos considerados homossexuais, estuprada pelo vizinho, piadas entre os colegas no ensino fundamental inteiro, nas interações do bairro, sem voz ativa por parte da família e com o nome exposto em todos os lugares. Eu não sabia quem ou o que eu era, mas as pessoas ao meu redor **presumiam** que sabiam, e ainda que eu não soubesse o que fazer com isso, elas sabiam, e fizeram.

Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes, achar que essas mazelas que passei me definem é o pior dos crimes que podem deferir contra minha pessoa, pois, seria o mesmo que dar o troféu para o cara que me abusou, e me fazer sumir da minha própria (re)existência. (Vassão, 2019). Eu falo por mim! Em primeira pessoa.

Fim.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>>.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de *et al.* Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. v.14 n.26, p. 1-22, 1 jan. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100004. Acesso em: 4 fev. 2023.

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. **O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica.** Publicado em: 29 out /2017. Disponível em: <file:///C:/Users/sine/Downloads/271-Texto%20do%20artigo-2710-1-10-20180103.pdf> . Acesso em: 19 fev 2023.

Brasil lidera ranking de países que mais matam LGBTQIA+. Maioria é de pessoas trans. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/brasil-lidera-ranking-de-paises-que-mais-matam-lgbtqia-maioria-e-de-pessoas-tra-6f58#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20da%20viol%C3%Aancia%2C%20apresentados>>.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 2002. BRASIL.

CAMPOS, Luis Antônio Monteiro. O QUE SÃO ESTEREÓTIPOS: WHAT ARE STEREOTYPES?. **Ciência Atual Revista Científica Multidisciplinar da UniSãJosé**, Rio de Janeiro, v. Volume 17, Nº 2, p. 1-11, 14 fev. 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/520-Texto%20do%20artigo-1511-1-10-20210924%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/520-Texto%20do%20artigo-1511-1-10-20210924%20(1).pdf). Acesso em: 11 fev. 2024.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. The concept of sexual orientation at the crossroads between sex, gender, and motricity**, Porto Alegre, v. v.42 n.1, abr. 2008. *Interam. j. psychol.* p.1-12. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008. Acesso em: 4 fev. 2023.

CARVALHO, FABIANA APARECIDA DE. Homem não chora: o abuso sexual contra meninos' 24/02/2015 169 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, **São Paulo Biblioteca Depositária: PUCSP**

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo *et al.* Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 101 – 121, 1 jan. 2020.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica:

repensando o conceito repensando o conceito. **Estudos Feministas**. jan-abril, Florianópolis, v. 21(1): 241-282, 2013.

Convidados contam que abusos na infância os levaram a relações homossexuais - **Notícias**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/462914-convidados-contam-que-abusos-na-infancia-os-levaram-a-relacoes-homossexuais/>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. Estatuto da Criança e do Adolescente junho de 2020 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: (Atualizado até a Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019). **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - REVISADA E AMPLIADA**, Curitiba, n. 8, p. 1-750, 1 jun. 2020.

FERRARI, Wendell *et al.* Violências nas trajetórias afetivo-sexuais de jovens gays: “novas” configurações e “velhos” desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 2729-2738, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kKPwt7rXx3kPWk5Lv3TCQZs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 fev. 2023.

FINCO, Daniela. Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossocialização na infância. **Rev. GÊNERO**, Niterói, v. v.12, n.2, p. 47-63, 2012.

GAGA, Lady. Rain on me. **Álbum Chromatica** 2020. Disponível em: <https://youtu.be/AoAm4om0wTs?si=GQz9Ym3mdPDLm1iv>. Acesso em 16 jul. 2024.

GOMES, Renata Nascimento *et al.* Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas**, Ouro preto (MG), ano 2016, v. 2, n. ISSN 2319-0159 - Volume 2 / n. 1, p. 1-24, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/292-Texto%20do%20artigo-428-1-10-20160919.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira *et al.* Estereótipos, preconceitos e discriminação. **Editora da Universidade Federal da Bahia**, Ufba, p. 1-166, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32112/1/Estere%C3%B3tipos%2C%20preconceitos%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20RI.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MAGENTA, Matheus. O que é ser conservador?. **BBC News Brasil em Londres**, Londres, p. 1-1, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62490540>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MATTOS, A. N. DE. **Conservadorismo: entenda o conceito em 4 pontos | Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/conservadorismo-pensamento-conservador/>>. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/1226/1/Tese_2007_EduardoRavagni.p

df

MATHIAS, Lucas. Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção?. **MINDMINERS**, São Paulo, p. 1-1, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [Constituição (1998)]. **Orientação sexual**. Brasília: [s. n.], 1998. 39 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

MOONLIGHT (Brasil: Moonlight: Sob a Luz do Luar) é um filme de drama estadunidense de 2016 dirigido por Barry Jenkins e escrito por Jenkins e Tarell Alvin McCraney

OLIVEIRA, MERY PUREZA CANDIDO DE. Abuso sexual de meninos: estudo das conseqüências psicosssexuais na adolescência.' 28/02/2010 101 f. Mestrado em CIÊNCIAS (FISIOPATOLOGIA EXPERIMENTAL) **Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FACULDADE DE MEDICINA DA USP**

PAIVA, R. (ED.). A relação entre estereótipos e automatismos por meio de estudos em priming. 2010. **Universidade Federal Da Bahia Programa De Pós-Graduação Em Psicologia** Acesso em: 7 maio. 2024.

Projeto inclui no Código Civil proibição de união homoafetiva - Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva>>. <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/transexualidade-entenda-o-que-e-identidade-de-genero>

QUINALHA, Renan. A homofobia como produto do machismo. **Revista Cult**, São Paulo, v. Editora Bregantini, p. 1-1, 16 maio 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/17-de-maio-a-homofobia-como-produto-do-machismo/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

RAMOS, MOZER DE MIRANDA. AFEMINAÇÃO E PROCESSOS DE HIERARQUIZAÇÃO EM HOMENS GAYS, BISSEXUAIS E QUE FAZEM SEXO COM HOMENS' 03/02/2019 104 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN-UFS**

SAID, AMANDA PINHEIRO. Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal' 24/06/2017 136 f. Mestrado em PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA Instituição de Ensino: **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UnB**

SILVA, O. R. M. DA ; MENANDRO, M. C. S. (EDS.). **Como se produz um homossexual?": a origem da homossexualidade na percepção de indivíduos que alegaram ter mudado de identidade sexual.** Gerais, Rev. Interinst. Psicol. vol.12 no.1 Belo Horizonte jan./jun. 2019. Acesso em: 12 dez. 2023.

SIMIONATO, M. **Homem confessa agressão a pai e filho por confundi-los com casal gay e é libertado.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/19/apos-confessar-agressao-a-pai-e-filho-por-confundi-los-com-casal-gay-suspeito-e-libertado.html>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SOUZA, Jackeline Maria de; FARO, André; SILVA, Joilson Pereira da. Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 289-297, maio 2015.

SOUZA, Jhaína Aryce de Pontes e; SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak; HERRAN, Wallace Chriciano Souza. RESSIGNIFICANDO OS CONCEITOS DE CRIANÇA E INFÂNCIA. **REVISTA AMAZÔNIDA**, Amazonas, v. AANO 02, Nº 03, p. 113 – 129, 2017.

VANINI, E. **Assédio e abuso entre homens gays levantam debates nas redes.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/noticia/2024/06/17/assedio-e-abuso-entre-homens-gays-levantam-debates-nas-redes.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

VASSÃO, Felipe; Emicida. **AmarElo.** 2019. Disponível em: <https://youtu.be/PTDgP3BDPIU?si=tFUka1mFHilghh6v> . Acesso em 1 jun. 2024.

VEJA. **Todos os meus pacientes foram abusados, diz defensora da “cura gay”.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/todos-os-meus-pacientes-foram-abusados-diz-defensora-da-cura-gay>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

6. ANEXOS

Anexo A

C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (TOTAL)	73	Masculino	11	13	12
		Feminino	8	15	14
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (MÉDIA)	6,08	Masculino	0,92	1,08	1,00
		Feminino	0,67	1,25	1,17
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (TOTAL)	54	Masculino	0	8	1
		Feminino	13	14	18
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (MÉDIA)	4,50	Masculino	0,00	0,67	0,08
		Feminino	1,08	1,17	1,50
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual (TOTAL)	2	Masculino	0	0	0
		Feminino	0	2	0

Anexo B

C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (TOTAL)	76	Masculino	7	13	14
		Feminino	13	17	12
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (MÉDIA)	6,33	Masculino	0,58	1,08	1,17
		Feminino	1,08	1,42	1,00
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (TOTAL)	31	Masculino	4	1	1
		Feminino	10	10	5
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (MÉDIA)	2,58	Masculino	0,33	0,08	0,08
		Feminino	0,83	0,83	0,42
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual (TOTAL)	5	Masculino	0	0	0
		Feminino	0	3	2